

ESTRATÉGIAS PARA A DIMINUIÇÃO DO SPREAD DE CRÉDITO BANCÁRIO NO BRASIL – CRÉDITO PESSOAL NÃO CONSIGNADO

**BANCO INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO**

CONFIDENCIALIDADE

Os negócios dos nossos clientes são extremamente competitivos, e a preservação da confidencialidade com relação aos planos e informações dos nossos clientes é fundamental. A Oliver Wyman aplica rigorosamente políticas internas de confidencialidade visando proteger o sigilo das informações dos clientes.

Da mesma forma, entendemos que o nosso negócio também é bastante competitivo. Consideramos nossas abordagens e conhecimentos como direitos de propriedade intelectual e, portanto, esperamos que nossos clientes protejam nossos interesses em nossas propostas, apresentações, metodologias e técnicas analíticas. Sob em nenhuma hipótese este material poderá ser compartilhado com qualquer terceiro sem o prévio e expresso consentimento da Oliver Wyman.

© Oliver Wyman

Sumário executivo

O estudo realizado tem o objetivo de sugerir iniciativas para redução do spread do produto conhecido no Brasil como crédito pessoal não consignado. A partir dos fatores que impactam a decomposição do spread desse produto, realizamos um diagnóstico, testando hipóteses levantadas e validando-as através de discussões com o grupo de trabalho¹ do Banco Central, entrevistas com agentes relevantes do mercado, diversos departamentos do Banco Central e *input* de especialistas ao redor do mundo, em adição às análises de dados internos do regulador e *benchmarks* internacionais.

Identificamos três principais frentes a serem trabalhadas que apresentaram maiores impactos de redução do custo desse produto para o mercado e consumidores: (i) a concentração atualmente observada no mercado cria um mercado cativo de informação de dados transacionais, o que reduz o espaço de competição via preço, pois gera vantagem informacional para os bancos detentores dessa informação; (ii) a falta de produtos alternativos para consumidores dessa modalidade; (iii) os elevados custos e lentidão dos processos de cobranças de créditos inadimplentes.

Com base nesse diagnóstico, propomos oito iniciativas: (1) aprimorar o Cadastro Positivo, (2) disponibilizar dados fiscais sob consentimento do consumidor, (3) otimizar os processos de execução e suas alternativas, (4) estimular atuação das entidades de recuperação de ativos inadimplentes, (5) conceder acesso a dados de geolocalização em caso de inadimplência, (6) estabelecer registro centralizado de garantias, (7) regulamentar carta-garantia como mecanismo para estabelecer linhas de crédito atrativas e (8) padronização de requerimentos de cartórios.

Realizamos uma análise de impacto no spread *vis-à-vis* o nível de complexidade da implementação, que culminou na priorização das iniciativas (1), (2), (3) e (4). Este documento aborda descritivamente as oito iniciativas e um detalhamento maior das iniciativas priorizadas, com a inclusão de plano de implementação. A adoção das medidas propostas nessas iniciativas impactará positivamente o mercado desse produto, ampliando o acesso a crédito e reduzindo o *spread* bancário.

¹ Grupo de trabalho criado internamente no Banco Central para discutir a agenda de redução do spread bancário

Índice

Sumário executivo	i
1. Diagnóstico.....	2
1.1. Visão geral do mercado	2
O papel do crédito pessoal não consignado	2
Evolução do crédito pessoal no Brasil.....	2
Ambiente competitivo.....	3
1.2. Hipóteses & evidências.....	3
1.2.1. Bancos grandes têm vantagem informacional a partir dos dados transacionais.....	4
1.2.2. Faltam disponibilidade e acesso facilitado a produtos financeiros com garantia para crédito pessoal não consignado, mesmo para bons pagadores.....	5
1.2.3. Custo de cobrança e lentidão na recuperação permanecem altos	6
2. Principais iniciativas.....	7
2.1. Aprimorar o Cadastro Positivo	9
2.1.1. Definição da iniciativa	9
2.1.2. Plano de implementação.....	12
2.2. Disponibilizar dados fiscais sob consentimento do consumidor	13
2.2.1. Definição da iniciativa	13
2.2.2. Plano de implementação.....	15
2.3. Otimizar processos de execução e suas alternativas	16
2.3.1. Definição da iniciativa	16
2.3.2. Plano de implementação.....	21
2.4. Estimular atuação das entidades de recuperação de ativos inadimplentes.....	23
2.4.1. Definição da iniciativa	23
2.4.2. Plano de implementação.....	25
2.5. Outras iniciativas principais.....	26
2.5.1. Acesso a dados de geolocalização em caso de inadimplência	26
2.5.2. Estabelecer registro centralizado de garantias.....	27
2.5.3. Regulamentar carta-garantia como mecanismo para estabelecer linhas de crédito atrativas.....	28
2.5.4. Padronização de requerimentos de cartórios	29
3. Conclusão	30
Apêndice A.	31
A.1. Visão geral do mercado	31
A.2. Evidências	35
A.3. Plano de implementação.....	37

1. Diagnóstico

O Banco Central tem buscado adotar iniciativas para diminuir o custo do crédito para o tomador final no Brasil, reduzindo o nível de inadimplência e aumentando a competitividade. Com o objetivo de identificar iniciativas para redução do *spread* bancário no produto de crédito pessoal não consignado, realizamos um diagnóstico com base em análises do mercado no Brasil, experiências internacionais, discussões com o grupo de trabalho e entrevistas com departamentos do Banco Central e agentes do mercado. Esta seção apresenta os principais pontos estudados sobre o mercado desta modalidade.

1.1. Visão geral do mercado

O papel do crédito pessoal não consignado

Um sistema financeiro sólido e eficiente é reconhecido como essencial para a promoção do desenvolvimento econômico, tanto por seu papel na mobilização de recursos para financiar investimentos e produção quanto por sua contribuição na seleção e no monitoramento de projetos de investimento².

Diversos estudos apontam para uma relação causal de crédito no PIB e trazem evidências de que uma maior oferta de serviços financeiros e de crédito estimula o crescimento econômico³, seja por financiamento a investimentos em empresas, quanto a consumo pessoal. Segundo pesquisa do Banco Central⁴, 50% dos empréstimos tomados por pessoas físicas tiveram finalidade de financiamento ao consumo.

A modalidade de crédito pessoal não consignado representa 13% (vide figura 20, no apêndice A.1) do total de crédito livre disponibilizado para pessoas físicas. Ela serve a um importante propósito econômico, antecipando o consumo em particular para público de baixa liquidez (com renda de até cinco salários mínimos) que não tem condições, ou não está disposto, a colocar um bem próprio como garantia para o crédito.

Nessa modalidade, 90% das operações têm ticket médio menor que R\$ 5 mil – para faixas de renda menores que cinco salários mínimos, o ticket é menor que R\$ 2,5 mil (vide figuras 24 e 25, no apêndice A.1). Observa-se que, apesar da existência de diversas modalidades, clientes com menor capacidade de pagamento recorrem ao crédito sem garantia e vemos forte atuação dos grandes bancos nas faixas de renda de até três salários mínimos.

Evolução do crédito pessoal no Brasil

O volume da modalidade de crédito pessoal não consignado seguiu a tendência recente de desaceleração do crédito total a pessoas físicas, no entanto sofreu redução mais forte no último ano, chegando a uma queda de 7,4% no comparativo anual de 2016 a 2017⁵.

A taxa de juros para pessoas físicas é mais sensível ao ciclo econômico, aumentando 74% (vide figura 27, no apêndice A.1) durante a desaceleração econômica brasileira entre 2014-17. Na modalidade de crédito pessoal não consignado, observa-se maior sensibilidade à

² Pinheiro e Cabral (1998)

³ McKinnon (1973); King & Levine (1993); Bayoumi & Melander (2008); Cappiello, Kadareja, Sorensen & Protopapa (2010); Samargandi & Kutan (2016)

⁴ Relatório final de resultados da pesquisa de avaliação da qualidade dos serviços prestados à população brasileira por parte das instituições financeiras e pelos órgãos de defesa do consumidor de 2014 - encomendado pelo Banco Central

⁵ Séries Temporais do Banco Central do Brasil

Selic: o preço chegou a atingir 142% ao ano, com o índice de inadimplência crescendo 53% durante o período de 2014-17, atingindo mais de 10% (vide figura 28, no apêndice A.1)⁶.

Atualmente o crédito pessoal não consignado tem uma taxa de juros duas vezes maior que a média do crédito destinado a pessoas físicas e pode atingir até 889% ao ano, dependendo do perfil de risco de crédito do tomador e do modelo de negócio do credor. Esse comportamento ocorre, principalmente, devido a:

- Maior risco da modalidade (inadimplência mais elevada);
- Ausência de histórico positivo de crédito disponível;
- Falta de garantias disponíveis.

Ambiente competitivo

Os cinco maiores bancos representam quase 70%⁷ do crédito originado dessa modalidade (vide figura 29, no apêndice A.1), apoiando-se em claras vantagens competitivas, tais como reconhecimento de marca e considerável histórico de crédito dos clientes, além do baixo custo de captação em comparação a outros *players* do mercado. Contudo, esses bancos carregam altos custos fixos de atendimento, devido ao número de agências que possuem.

Apesar de terem uma carteira de crédito de melhor qualidade (menor inadimplência), os cinco grandes bancos não necessariamente praticam menores taxa de juros. Bancos pequenos e médios, detentores de 14%⁸ do mercado, se destacam em nichos e comunidades, nos quais possuem reconhecimento regional e próximo relacionamento com clientes, apresentando, entretanto, menor qualidade da carteira de crédito e custos de captação elevados se comparados aos grandes bancos.

Cooperativas de crédito são relevantes quando consideramos o crédito pessoal não consignado, representando 17%⁹ da modalidade, com baixa inadimplência na carteira e menor custo de risco relacionado à proximidade com seus clientes. Apesar dos benefícios, cooperativas possuem penetração reduzida no mercado e menor reconhecimento da marca.

Fintechs e bancos digitais se diferenciam do restante do mercado pela automação de processos e adaptabilidade digital. Essas empresas possuem foco em oferta de produtos específicos (*monoliner*). Buscam reduzir a assimetria de informações utilizando fontes não convencionais para desenvolverem seus modelos de risco.

1.2. Hipóteses & evidências

Com o objetivo de propor um diagnóstico para redução do *spread* na modalidade de crédito pessoal não consignado, desenvolvemos uma série de hipóteses que foram testadas de maneira ampla, a partir de evidências quantitativas, qualitativas e *benchmarks* internacionais.

⁶ Séries Temporais do Banco Central do Brasil

⁷ IF Data, Banco Central do Brasil

⁸ IF Data, Banco Central do Brasil

⁹ IF Data, Banco Central do Brasil

Para cada componente do *spread*¹⁰, elencamos as diferentes alavancas disponíveis associadas às hipóteses testadas. Para cada hipótese confirmada, selecionamos aquelas com maior relevância e potencial de redução do *spread* para então detalhá-las:

Figura 1: Hipóteses priorizadas e resumo das evidências

	Principais problemas identificados	Resumo de evidências
Dados	i Bancos grandes têm vantagem informacional a partir dos dados transacionais	Bancos grandes detêm ~70% do volume de concessão de crédito e têm pouco mais de 5% da sua carteira em atraso, enquanto este número para bancos médios de segmento comparável é de 15% ¹
Produtos alternativos	ii Faltam disponibilidade e acesso facilitado a produtos financeiros com garantia para crédito pessoal não consignado, mesmo para bons pagadores	Nos últimos 2 anos, quase 90% dos clientes de crédito pessoal não-consignado, correspondentes a 83% do volume , recorreram a operações sem garantia real ²
Cobrança	iii Custo de cobrança e lentidão na recuperação permanecem altos	A taxa de recuperação da dívida no Brasil (12.7%) é muito baixa , mesmo ao comparar com a média de países latinos (30.8%) e o tempo de execução de contrato é longo , em média 731 dias ³

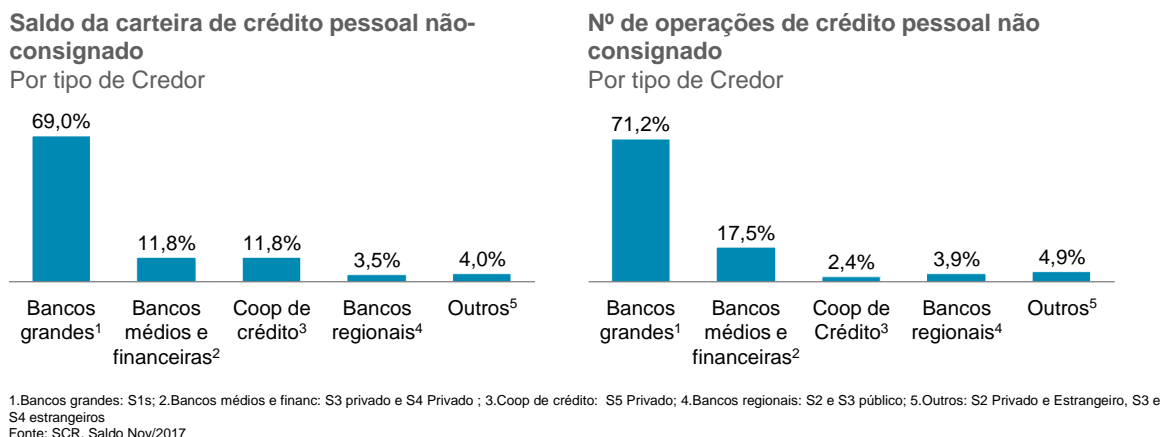
1. SCR, set/17. 2. SCR, nov/17, 3. Relatório Doing Business do Banco Mundial

1.2.1. Bancos grandes têm vantagem informacional a partir dos dados transacionais

O mercado de crédito no Brasil sofre com a baixa disponibilidade de informações para uma avaliação de crédito robusta em relação aos outros países. Os bancos grandes sofrem menos com a falta de informações de fora devido aos dados transacionais e de conta corrente de suas extensas bases de clientes. Além disso, são beneficiados por serem o *first stop* de clientes em busca de crédito, permitindo a seleção de clientes com melhor saúde financeira.

¹⁰ Componentes do *spread* que são escopo deste projeto: custo de risco (inadimplência), custo administrativo e margem

Figura 2: Saldo e número de operações por tipo de credor



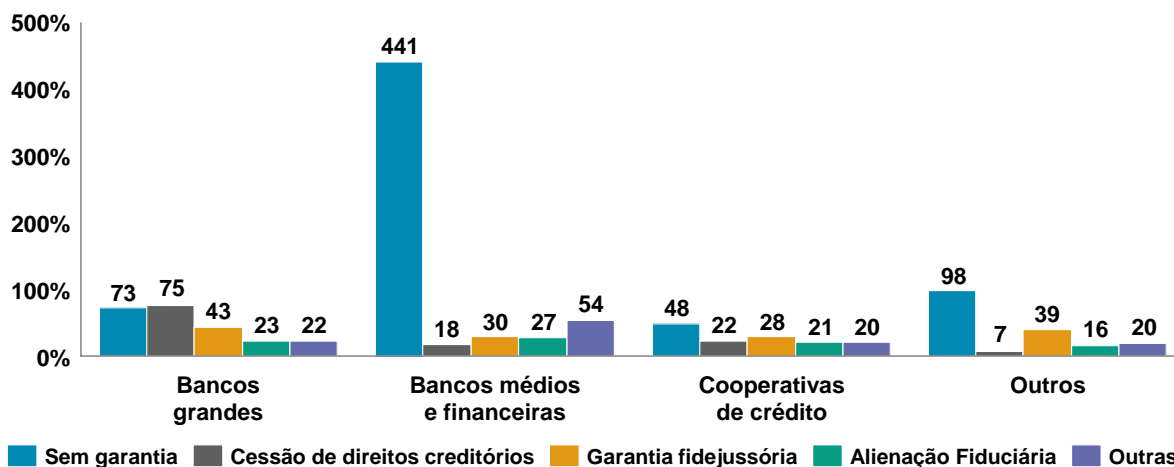
O custo de inadimplência de um empréstimo é estimado *ex-ante* através de modelos que utilizam quantidade relevante de dados sobre o consumidor em questão – informações financeiras, demográficas, comportamentais, transacionais, etc. A estimativa é estatística, e consegue ser apenas tão precisa quanto forem corretos e abundantes os dados, não só sobre o consumidor em questão, mas também sobre o grupo de consumidores em segmentos similares.

Neste quesito, bancos grandes são beneficiados por conta de suas extensas bases de clientes. Em novembro de 2017, bancos grandes consolidavam 71% de todas as operações de clientes com operações de crédito no SFN, dando-lhes acesso ao comportamento de boa parte da população como massa crítica de modelagem. A capacidade técnica e operacional em lidar com dados para diversos segmentos também se mostra relevante, com bancos grandes sendo menos restritos a nichos específicos de clientes.

1.2.2. Faltam disponibilidade e acesso facilitado a produtos financeiros com garantia para crédito pessoal não consignado, mesmo para bons pagadores

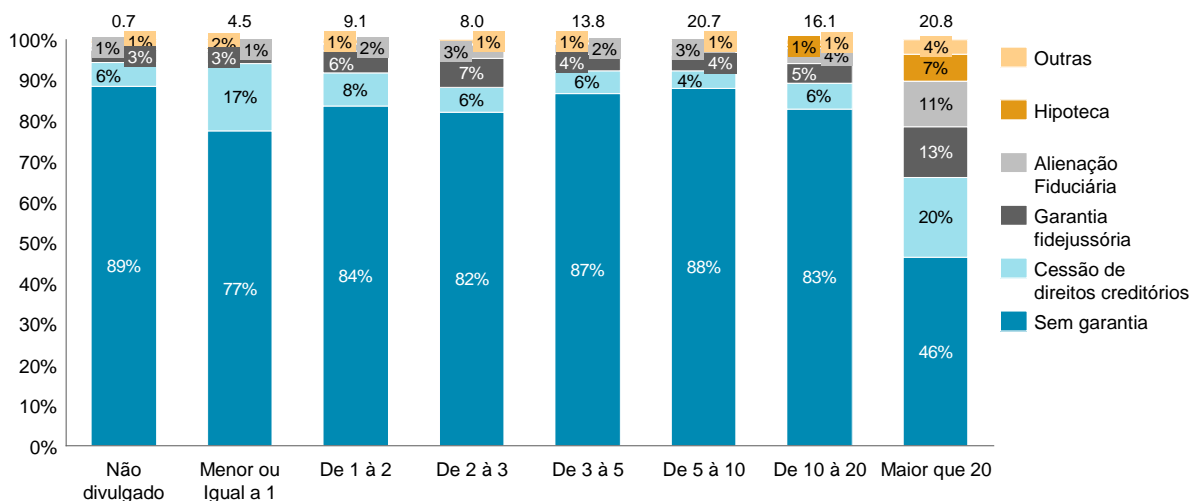
Clientes sem acesso ao crédito sem garantia em grandes bancos sofrem com taxas de juros quase seis vezes maiores em bancos médios e financeiras (Figura 3). Por outro lado, cooperativas de crédito oferecem taxas atrativas, por possuírem relacionamento mais próximo devido à base mais reduzida de clientes e volume menor concedido. Taxas cobradas de modalidades com garantias reais atreladas às operações são muito inferiores às cobradas de modalidades sem garantia.

Figura 3: Taxa de juros cobrada por tipo de credores em cada modalidade de garantia, %a.a.¹¹



Clientes com menor capacidade de pagamento recorrem ao crédito sem garantia e os que utilizam alguma outra modalidade não possuem garantias reais. Em geral, para clientes com renda inferior a 20 salários mínimos, mais de 80% do saldo de crédito não possui garantia (Figura 4). Para clientes com alta renda, observa-se o comportamento de pessoas físicas adquirindo crédito para Pequenas e Médias Empresas (PMEs), por encontrarem taxas mais atrativas do que a modalidade destinada a esse tipo de crédito.

Figura 4: Distribuição do saldo da carteira por submodalidades de empréstimo, em bilhões de R\$, por número de salários mínimos



1.2.3. Custo de cobrança e lentidão na recuperação permanecem altos

A cobrança do crédito envolve um processo de alto custo para o credor e que pode durar anos, sobretudo para crédito sem garantia.

Parte da ineficiência observada é explicada pela característica do mercado brasileiro de cobrança:

- Indústria de cobranças é desagregada e fragmentada;

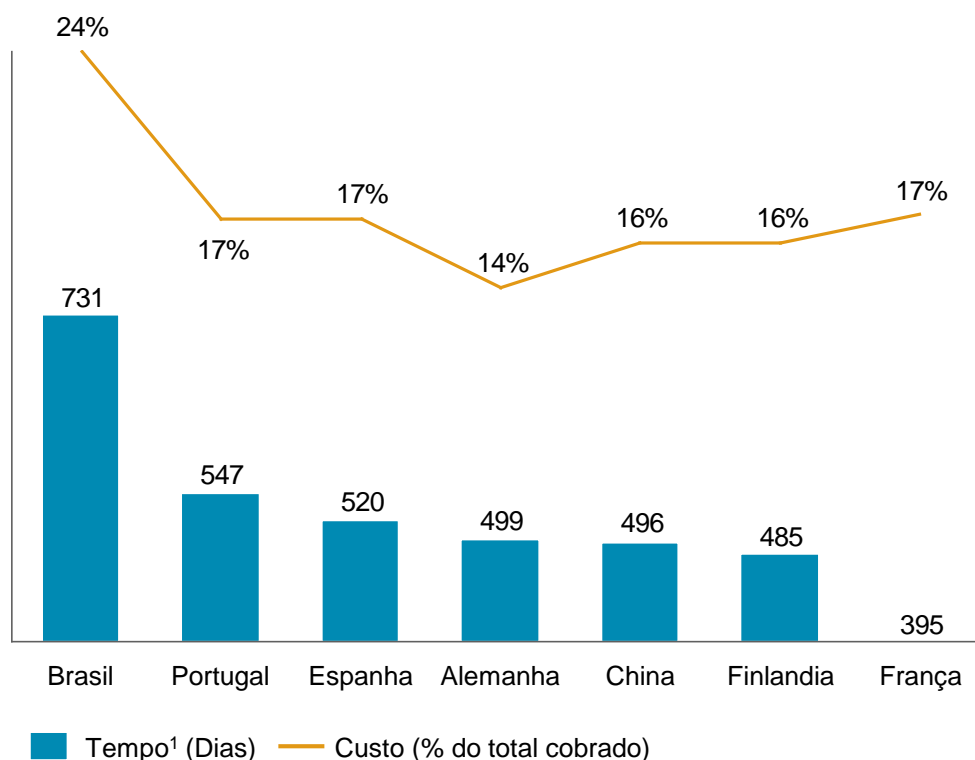
¹¹ Base estoque no SCR em Novembro de 2017

- Especialização das empresas é limitada frente a exemplos internacionais;
- Processos burocráticos e de proteção ao consumidor oneram a prática.

A dependência de cartórios contribui para a baixa eficiência e alta variação dos custos durante o processo de cobrança. Por serem instituições independentes entre si, os cartórios carecem de padronização de regras e procedimentos, fazendo com que instituições financeiras e empresas de cobrança tenham que realizar adaptações para atender aos requerimentos de cada cartório.

Comparativamente a exemplos internacionais, observamos ineficiência de tempo e custo do processo brasileiro. No Brasil, o índice de recuperação de uma dívida após *default*¹² é de 12,1% segundo estudo do Banco Central¹³.

Figura 5: Benchmark internacional de custos e tempo para processo judicial¹⁴



1.Tempo: (i) Preenchimento e submissão; (ii) julgamento e sentença; and (iii) execução

Fonte: Banco Mundial, Relatório *Doing Business*

2. Principais iniciativas

A partir do diagnóstico desenvolvido, de *benchmarks* internacionais e de medidas sugeridas pelo grupo de trabalho, propomos oito iniciativas principais, sendo três relacionadas a dados, duas relacionadas a alternativas ao produto e três relacionadas à cobrança:

¹² Inadimplência superior a 180 dias

¹³ Celeridade do Sistema Judiciário e Créditos Bancários para as Indústrias de Transformação

¹⁴ Relatório *Doing Business*

i. *Iniciativas relacionadas a dados*

1. Aprimorar Cadastro Positivo;
2. Disponibilizar dados fiscais para análise de crédito, sob consentimento do consumidor;
3. Acesso a dados de geolocalização em caso de inadimplência;

ii. *Iniciativas relacionadas a alternativas ao produto*

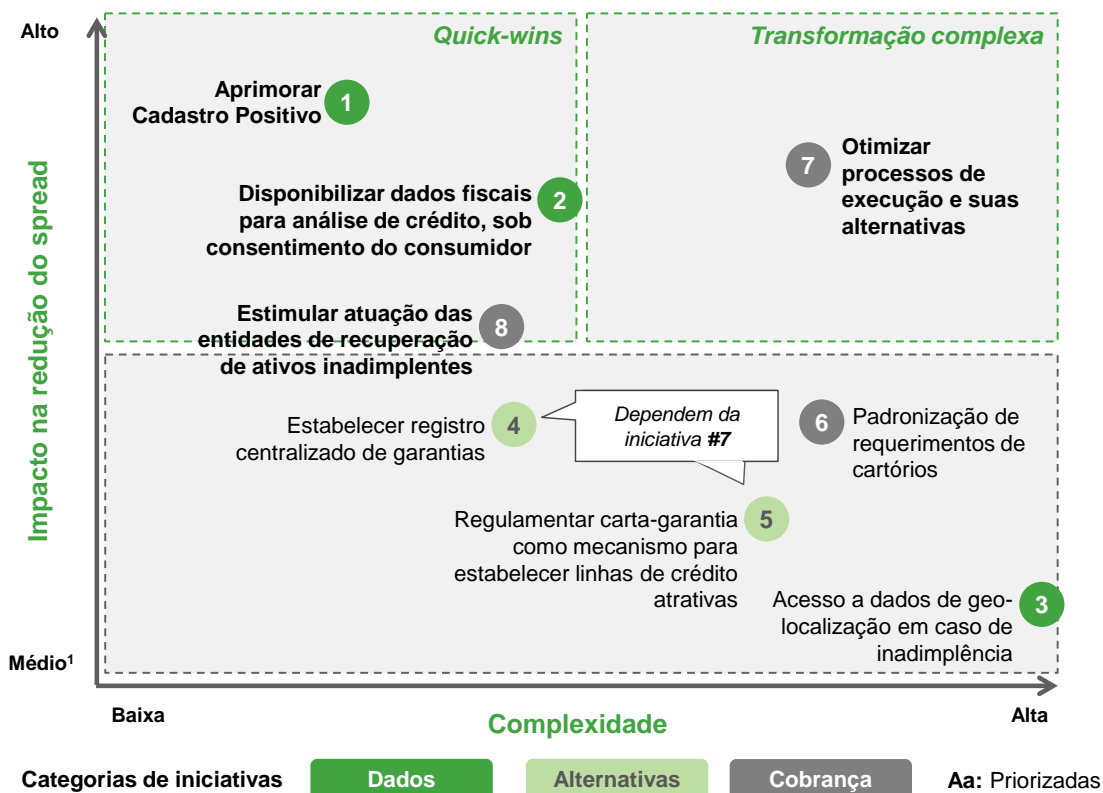
4. Estabelecer registro centralizado de garantias;
5. Regularizar carta-garantia como mecanismo para estabelecer linhas de crédito atrativas;

iii. *Iniciativas relacionadas à cobrança*

6. Padronização de requerimentos de cartórios;
7. Otimizar processos de execução e suas alternativas;
8. Estimular atuação das entidades de recuperação de ativos inadimplentes.

Avaliamos cada uma das iniciativas em termos de complexidade de implementação e impacto na redução do *spread*. Visando o maior impacto no *spread* e levando em consideração a complexidade da implementação, priorizamos as iniciativas 1, 2, 7 e 8. Para cada iniciativa priorizada, detalhamos um plano de implementação. O resultado da avaliação pode ser visto na figura 6.

Figura 6: Matriz de complexidade vs. impacto das iniciativas principais



2.1. Aprimorar o Cadastro Positivo

2.1.1. Definição da iniciativa

O cadastro positivo é a formação do histórico de crédito de pessoas físicas e jurídicas, inclusive adimplidas, contendo dados de pagamento de dívidas e outras obrigações. O objetivo é compartilhar informações sobre tomadores de crédito, permitindo aos credores avaliar melhor o risco envolvido, permitindo diferenciar entre o bom e o mau pagador e precificar com base em risco. A qualidade da avaliação de risco depende da amplitude e da qualidade de informações fornecidas ao credor. O Banco Mundial lista as informações relevantes para uma avaliação de crédito robusta¹⁵, entre elas dados transacionais, cadastrais, relativos ao uso de cartões de crédito e débito, saldo em conta, entre outros.

A lei do cadastro positivo (Lei 12.414) foi aprovada no Brasil em 2011 e então regulamentada pelo Banco Central em 2012 através da Resolução 4.172. Em agosto de 2013, o cadastro positivo entrou em funcionamento. No entanto, a adesão é muito baixa: em setembro de 2017, havia aproximadamente 6 milhões de cadastrados, enquanto a população brasileira adulta é superior a 159 milhões de pessoas¹⁶ e a bancarizada é de 143 milhões de pessoas¹⁷.

A explicação deste fato está ligada à lei do sigilo bancário (Lei Complementar nº 105/01), que especifica que a **divulgação de informações bancárias é permitida apenas após autorização do interessado, o chamado *opt-in***, no qual o tomador é incluso no cadastro apenas se solicitado pelo próprio, de maneira inequívoca. Consequentemente, preocupações relacionadas ao compartilhamento de informações bancárias entre terceiros, motivadas pelo desconhecimento do cadastro positivo por parte da população e pela eventual não compreensão dos benefícios potenciais, trouxeram baixa adesão ao sistema.

Simultaneamente, há um desincentivo à divulgação do cadastro pelos credores: a **responsabilidade objetiva e solidária** define que, se houver algum problema com os dados compartilhados, a responsabilidade será compartilhada entre todos os integrantes, desestimulando os participantes, principalmente de maior porte econômico, a dividirem o ônus da culpa por erros de terceiros.

O **PLP 441/17**, atualmente em tramitação no Plenário da Câmara e já aprovado no Senado, visa abordar estas duas grandes barreiras ao instaurar o *opt-out*¹⁸ do cadastro e eliminar a responsabilidade solidária entre os informantes. O projeto de lei visa ampliar a abrangência de cadastrados de maneira a englobar a maior parcela da população bancarizada no país. Ele também explicita que prestadores de serviços continuados são fontes informantes compulsórias do cadastro. O impacto, caso essas medidas sejam aprovadas, é extremamente positivo para consumidores pessoa física, com valor também, em menor escala, para clientes pessoa jurídica.

Contudo, em países mais desenvolvidos, há uma amplitude maior de dados informados, como informações sobre endereço e renda. Segundo estudo do Banco Mundial, uma base de dados positivos relevantes em termos de representatividade de cadastros e amplitude de informações implica em melhora geral no ambiente de crédito: no Brasil, estima-se que as

¹⁵ *Facilitating SME financing through improved Credit Reporting*, mar/14

¹⁶ ANBC – Associação Nacional dos Bureaus de Crédito, setembro/2017

¹⁷ Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia bancária 2017

¹⁸ Ao invés de solicitar o registro no cadastro positivo (*opt in*), PFs e PJs devem solicitar a remoção de seus dados, caso não desejem o compartilhamento'

taxas de *default* da carteira de crédito de instituições financeiras seriam reduzidas em aproximadamente 45%¹⁹.

Exemplos internacionais

Diversos outros países também adotaram o cadastro positivo, com o intuito de melhorar o acesso a crédito e reduzir a assimetria de informações entre instituições financeiras, porém, a amplitude de informações contidas é, frequentemente, maior que no Brasil:

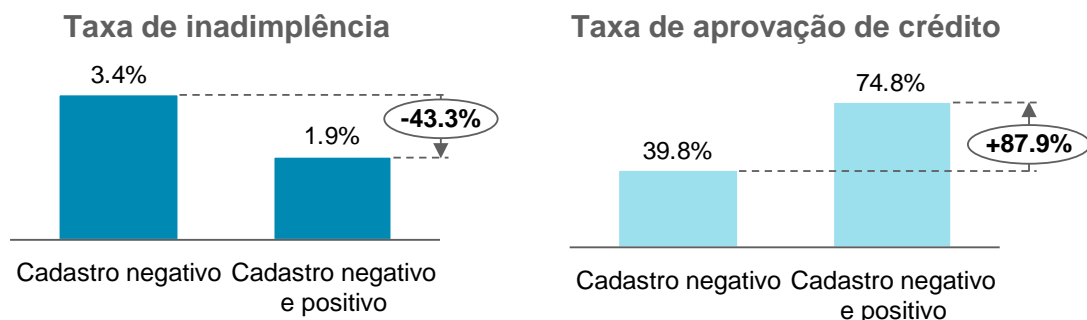
*Tabela 1: Exemplos de informações coletadas no cadastro positivo*²⁰

País	Informações coletadas de pessoas físicas	Informações coletadas de pessoas jurídicas
Alemanha	Registros relativos à conta corrente, cartões de crédito, contratos de telefonia celular, empréstimos e contratos de locação financeira	
Austrália	Limite de crédito, empréstimos pessoais, histórico de pagamentos (ex. cartões de crédito e hipoteca)	
Colômbia	Histórico de pagamento de contas bancárias abertas e fechadas, uso e gestão de produtos financeiros, pagamentos a empresas de crédito e prestadoras de serviço (ex: telefonia e TV)	Limite de crédito, saldo da conta, histórico de pagamento comercial e aplicações de crédito
EUA	Data de abertura das contas, limite de crédito, histórico de pagamentos (incluindo serviços públicos)	Volume de negócios, histórico de pagamentos, empréstimos realizados, garantias de empréstimo
México	Dados gerais, saldo bancário, detalhamento de créditos obtidos, histórico de pagamentos com avaliação de pontualidade.	História do negócio, dados de registro comercial e operacional da empresa, histórico de pagamentos
Reino Unido	Dados sobre pessoas financeiramente ligadas ao consumidor (ex. contratação e crédito em conjunto) e de registro público (ex. julgamentos), registro eleitoral, endereço atual e anterior	
Brasil	Histórico das operações de empréstimo e de financiamento (data da concessão, valor original total, valores das prestações, valores pagos)	

Por exemplo, nos Estados Unidos, a adesão é automática e não possui *opt-out* – ou seja, os cadastrados não podem solicitar exclusão do seu registro. Além disso, todos os clientes dos bureaus de crédito podem acessar todas as empresas. Um estudo do IFC estimou o impacto na redução de inadimplência e no aumento de acesso ao crédito:

¹⁹ *Credit Reporting Knowledge Guide 2016*, IFC

²⁰ Fonte: SEBRAE – Referências Internacionais Cadastro Positivo

Figura 7: Impactos obtidos pelo opt out do Cadastro positivo nos Estados Unidos²¹

Baseando-se em boas práticas internacionais, sugerimos duas ações no âmbito do aprimoramento do Cadastro Positivo:

- Alterar política de “opt-in” para “opt-out” e endereçar responsabilidade objetiva**
- Expandir o escopo de dados compartilhados sobre tomadores de crédito,** segundo recomendação do Banco Mundial (detalhados, na figura 8, os dados adicionais para um relatório robusto de crédito²²)

Para implementação das medidas acima, alterações legislativas são necessárias, sendo imprescindível o envolvimento do Legislativo e do Banco Central (anexo A.3 Plano de implementação, figura 34). O panorama a seguir descreve o atual cenário brasileiro e as informações adicionais a serem consideradas como obrigatórias de serem informadas.

Figura 8: Comparativo de dados no contexto do Cadastro Positivo no Brasil

Categoria de Dados	Situação atual	Em discussão no Congresso	Iniciativa
	Informações obrigatórias por Lei (12.414)	Mudanças propostas na PLP 441	Informações adicionais a serem tratadas
Registro	<ul style="list-style-type: none"> Nome e Registro do cliente (CNPJ/CPF) Natureza da Relação (p. ex.: creditícia, comercial, serviços) 	-	<ul style="list-style-type: none"> Informações dos pais, cônjuges, data de constituição, tipo de relacionamento, documentos de identificação Endereços relacionados Grau de instrução
Poder Aquisitivo	-	-	<ul style="list-style-type: none"> Detalhes dos bens informados do cliente (Casa, carro, aplicações financeiras, etc.) Nome da ocupação, datas de início e fim, nome e CPF/CNPJ do empregador, Valores de salário (líquido e bruto) Renda informada e comprovada do cliente, com data de referência e documento(s) de comprovação avaliando confiabilidade da informação
Produtos Financeiros	<ul style="list-style-type: none"> Data de início da concessão Créditos totais já originados (ou obrigações totais) Data e montante de todos pagamentos já realizados Data e valores à vencer 	<ul style="list-style-type: none"> Histórico de crédito disponibilizado pelo GBDs a IFs autorizadas pelo cadastrado 	<ul style="list-style-type: none"> Limite de crédito Histórico de uso de cartões de crédito e débito, com discriminação de operações ou faturas pelos diversos usuários de um contrato de cartão (filhos, cônjuges) Balanço ao final do mês das contas, total de crédito e débito, movimentações realizadas, tipo de conta Histórico de renegociações
Amplio Espectro	-	<ul style="list-style-type: none"> Prestadores de serviços continuados são considerados fonte de dados 	<ul style="list-style-type: none"> Comportamento de compras Obrigatoriedade de participação de prestadores de serviços contínuos como informantes

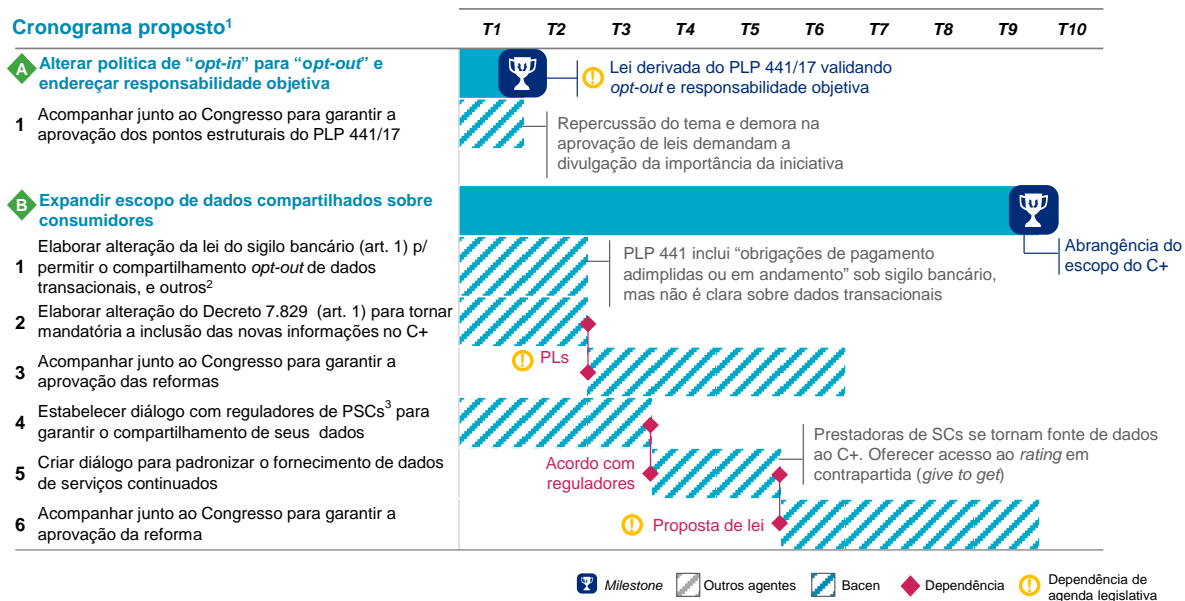
²¹ Credit Reporting Knowledge Guide 2016, IFC

²² Benchmark Oliver Wyman

2.1.2. Plano de implementação

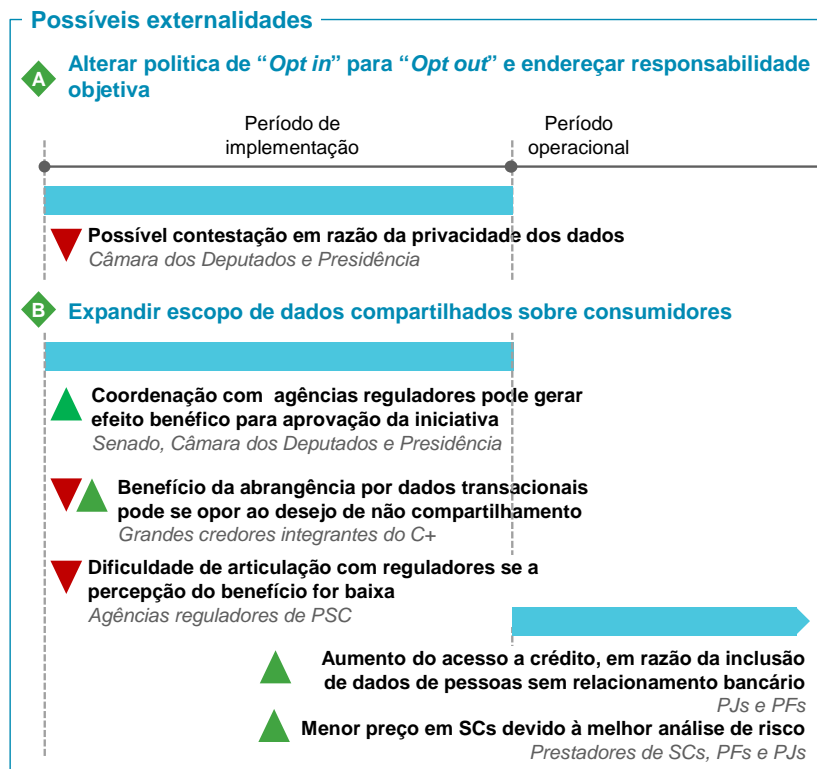
O prazo de implementação desta iniciativa é projetado em **nove trimestres**. Além da obrigatoriedade de participação dos dados de prestadores de serviços continuados, informações sobre renda e endereço se mostram como o principal desafio do cronograma elaborado, mas com elevado potencial de impacto, aliado às outras iniciativas, como dados da Receita Federal, e outras informações, como dados de geolocalização, histórico de crédito e endividamento.

Figura 9: Cronograma de implementação da iniciativa de aprimorar cadastro positivo



1. Prazos de aprovação de leis podem apresentar grande variação. 2. Dados transacionais agregados mensalmente, visando facilitar compartilhamento e reduzir risco de contestação legal; 3. Prestadores de serviços continuados. Acreditamos que esta iniciativa deverá ser posta em operação em comum acordo com os respectivos reguladores de serviços continuados

Externalidades que refletem a adoção das medidas propostas são possíveis e devem ser monitoradas ao longo da implementação da iniciativa. Os principais pontos de atenção para garantir efetividade e restringir efeitos colaterais são apresentados na figura 10.

Figura 10: Possíveis externalidades à iniciativa de aprimorar o cadastro positivo²³

Durante o período operacional, os reguladores devem observar as práticas do mercado, de forma a garantir que o *bureau* de crédito possa proporcionar um ambiente em que permita uma disponibilização de dados de tomadores de forma mais uniforme para todos os credores.

O monitoramento do impacto e progressão das medidas adotadas pode ser feito utilizando KPIs²⁴, dos quais são considerados pertinentes:

- **Robustez do Cadastro Positivo:** Número de pedidos de exclusão de cadastros e número de reclamações consumeristas;
- **Utilização do Cadastro Positivo:** Número de consultas ao cadastro e número de instituições financeiras que realizaram consultas.

2.2. Disponibilizar dados fiscais sob consentimento do consumidor

2.2.1. Definição da iniciativa

A disponibilização de dados de regularidade fiscal tem como intuito a ampliação do escopo de dados disponível sobre tomadores de crédito.

Logo, o e-Social²⁵, o Sínier²⁶ e as informações contidas na Receita formariam um importante banco de dados com informações fiscais e de imóveis, permitindo estimar a

²³ Possíveis impactos, dificuldades e consequências esperadas

²⁴ Key Performance Indicators

²⁵ Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas

²⁶ Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais

capacidade de pagamento, renda e patrimônio dos consumidores, com grande potencial de impacto no mercado de crédito.

É necessário preparar uma infraestrutura que permita adesão dos contribuintes, de modo que estes possam, através de um acesso simples, abdicar do sigilo fiscal de parte de suas informações para fim de avaliação de crédito – especificamente renda e situação de regularidade fiscal.

Em relação a essa iniciativa, identificamos dificuldades legais devido ao nível agregador das informações disponíveis, dificultando o aceite da população em disponibilizar mais informações que o necessário, por esta razão, acreditamos que o *opt-in* seja a forma mais adequada para a formação do banco de dados.

Ainda será necessária a discussão da definição do conceito de regularidade fiscal, assim como ocorreu para a definição de inadimplência (definição de critério de atraso acima de 90 dias em uma operação de crédito).

Exemplo internacional

Chile

O Chile disponibiliza aos consumidores um relatório eletrônico de informações fiscais através do SII (*Servicio de Impuestos Internos*), uma entidade ligada ao Ministério da Fazenda chileno e similar à Receita Federal brasileira, com objetivo de facilitar a obtenção de crédito. Através do SII, consumidores **pessoas físicas e pessoas jurídicas podem solicitar eletronicamente um extrato de seu histórico fiscal**, enviado diretamente à instituição financeira credora de maneira gratuita. Dados disponibilizados pelo SII incluem:

- Imposto de renda pago, referente aos três últimos anos
- Imposto sobre o consumo, referente aos 12 últimos meses
- Listagem de propriedades próprias (garantias)

Em 2016, o Governo chileno anunciou a intenção de possibilitar aos bancos o acesso eletrônico às informações tributárias das empresas, através do SII, permitindo que o processo seja iniciado pelo credor, e não mais pelo tomador, de maneira que informações sejam acessadas após aprovação prévia. O acesso será mantido por prazo limitado. Após esse prazo, uma nova autorização precisa ser gerada.

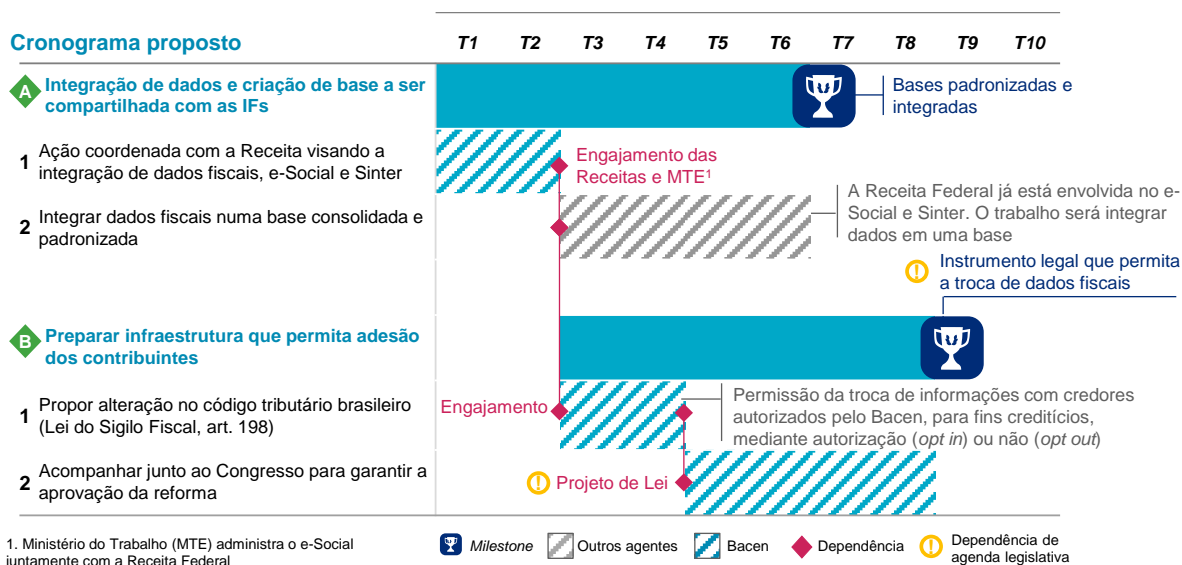
Baseando-se em práticas internacionais, propomos a **criação de uma base de dados centralizada que contenha o histórico de dados fiscais e de regularidade fiscal**, de pessoas físicas e jurídicas que consentirem com a disponibilização de suas informações, acrescido das informações disponíveis no e-Social e Sinter. A iniciativa é decomposta em duas etapas principais:

- A. Integração de dados entre Receitas e criação de base a ser compartilhada com as instituições financeiras, via decreto;
- B. Preparação de infraestrutura que permita adesão legal dos consumidores à base de dados.

2.2.2. Plano de implementação

O prazo de implementação desta iniciativa é projetado em **seis trimestres**. A ação coordenada da Receita Federal e do Banco Central através de criação de um grupo de trabalho conjunto e a celeridade da agenda legislativa e executiva para o ano de 2018 se mostram como pontos de atenção para garantir a efetiva implementação da iniciativa e as alterações legislativas necessárias para possibilitar o andamento do processo (anexo A.3 Plano de implementação, figura 35).

Figura 11: Cronograma de implementação da iniciativa de disponibilizar dados fiscais sob consentimento do consumidor



Riscos e externalidades que refletem a adoção das medidas propostas são possíveis e devem ser monitorados ao longo da implementação da iniciativa:

Figura 12: Possíveis riscos e externalidades da iniciativa de disponibilizar dados fiscais sob consentimento do consumidor²⁷



O monitoramento do impacto e progressão das medidas adotadas pode ser acompanhado utilizando KPIs, dos quais são considerados pertinentes:

- **Robustez da base de dados:** Número de cadastrados na base
- **Utilização da base de dados:** Número de consultas à base e número de instituições financeiras que realizaram ao menos uma consulta

2.3. Otimizar processos de execução e suas alternativas

2.3.1. Definição da iniciativa

Da hipótese evidenciada na seção 1.2.3., custo de cobrança e lentidão na recuperação permanecem altos, em função dos elevados custos de cobrança de dívidas e da morosidade na recuperação de créditos inadimplentes. Sendo assim, identificamos a necessidade de otimização dos processos judiciais brasileiros e incentivo a alternativas para resolução de conflitos.

Consideramos cinco ações, detalhadas a seguir, com oportunidade de impacto no curto a médio prazo nos problemas evidenciados.

²⁷ Possíveis impactos, dificuldades e consequências esperadas

Estabelecer legislação clara de excussão extrajudicial de bens alienados

No Brasil, o processo de execução de garantias para empréstimos em *default*²⁸ é extremamente ineficiente. É esperado do credor um longo período de carência antes de iniciar o processo de excussão da garantia (em alguns casos superiores há 180 dias) além da necessidade de localização e cobrança do devedor através do envio de cartas com AR²⁹, notificações e até protestos. Esse processo de cobrança demanda um elevado custo das instituições financeiras, desincentivando muitas vezes o uso de garantias para empréstimos de menor valor.

Uma vez comprovada a existência da dívida, passado o prazo de carência e feita a tentativa de cobrança amigável do devedor, o processo judicial tem início, pois somente com ele o bem alienado é passível de ser tomado. Se a dívida e garantia alienada são reconhecidas, o juiz pode emitir o mandado de busca e apreensão da garantia. Contudo, o mandado não garante a recuperação, pois localizar a garantia (em caso de garantias móveis) nem sempre é simples. Assim, a localização do devedor e do bem alienado soma-se aos custos e ao tempo do processo de recuperação.

Ainda que encontrada a garantia, para os casos em que se trata de um veículo (segunda modalidade mais praticada, depois de alienação de imóveis), as dívidas do automóvel (multas, IPVA, etc) são passadas ao credor, reduzindo o valor final recuperado.

Essas ineficiências no processo oneram e desincentivam a prática da modalidade, afetando credores e tomadores. Os credores são desincentivados a praticar a modalidade e, quando o fazem, cobram taxas elevadas devido ao risco que se submetem em caso de inadimplência. Devido às taxas elevadas, tomadores podem preferir empréstimos sem garantia, dado o risco moral atrelado a empréstimos com garantia.

Exemplo internacional

Estados Unidos

Nos EUA, os contratos de crédito definem os termos da execução de bens móveis dados em garantia em caso de inadimplência para cada contrato. Em empréstimos com veículo alienado, por exemplo, ao entrar em *default*, é comum que o contrato seja válido como título de execução, permitindo que o credor localize o veículo (obrigatório possuir rastreador) e execute-o depois de decorrido o prazo previamente acordado para o empréstimo ser considerado inadimplente. Todo o processo pode ser realizado extrajudicialmente.

Mesmo após executado o bem em garantia, nos casos em que o credor não recupera todo o valor da dívida acrescido dos custos do processo de cobrança, a dívida residual do devedor não é quitada.

Baseando-se em práticas internacionais, sugerimos **estabelecer legislação clara de excussão extrajudicial de bens alienados**, excetuando apenas financiamento de imóveis residenciais em que o tomador mora na casa financiada. A iniciativa é composta por quatro principais pontos:

- A. Permissão de credores enviarem notificações simplificadas e digitais para fins de cobrança de dívida (alterando **Decreto lei 911/69 e Lei 9.514/97**);

²⁸ Vencido a mais de 180 dias

²⁹ Aviso de Recebimento

- B. Propor alteração no Decreto 911 (art. 3) para permitir tomada extrajudicial do bem após atraso (detalhamento se encontra no anexo A.3 Plano de implementação figura 37);
- C. Manter dívidas fiscais, impostos (e.g. IPVA) e multas do bem em garantia atrelados ao nome do devedor e não serem repassadas ao credor;
- D. Para casos em que o ativo recuperado não cobrir o valor da dívida, permitir que o credor mantenha o direito de receber o valor residual.

Reduzir dependência em leilões para recuperação de garantias

A execução de imóveis alienados no Brasil é realizada única e exclusivamente em hastes públicas (leilões). A lei exige, atualmente, que o primeiro leilão se inicie com lance mínimo no valor de avaliação integral do imóvel, o que o torna ineficiente por desencorajar compradores a se envolver. O segundo leilão, por sua vez, tem como lance mínimo o valor da dívida original do tomador.

Dessa forma, além de o processo ser ineficiente, uma vez que raramente a execução é realizada no primeiro leilão, o valor recuperado pelo credor é inferior ao valor total da dívida, dado o elevado custo total do processo de execução. Após executado imóvel alienado, o credor perde o direito de cobrar o valor residual não ressarcido.

Exemplo Internacional

Estados Unidos

Nos EUA, os termos de execução de garantias são acordados na originação dos contratos de crédito, incluindo o processo extrajudicial a ser seguido. A venda do imóvel é realizada por meio de leilão, sem necessidade de um primeiro leilão iniciado no valor de avaliação do imóvel. Nos casos em que o valor recuperado é inferior à soma da dívida aos custos do processo de execução, o credor tem direito de cobrar judicialmente o restante da dívida.

Baseando-se em práticas internacionais, recomendamos **reduzir a dependência em leilões como meio de venda único de imóveis**. A iniciativa é dividida em duas subiniciativas:

- A. Eliminar a necessidade de um primeiro leilão com lance mínimo no valor de avaliação do bem;
- B. Alteração na Lei 9.514 (detalhamento se encontra no anexo A.3 figura 38) para permitir a venda privada do bem, por valor justo (art. 27).

Incentivar alternativas ao judiciário

As alternativas ao processo judicial para resolução de disputas são processos simplificados, mais céleres e menos custosos para as partes. As opções praticadas são:

- **Arbitragem:** Árbitro neutro toma a decisão da disputa. Uma vez que as partes concordam com o processo, a arbitragem é obrigatória³⁰;
- **Mediação:** Processo no qual um mediador neutro ajuda as partes a discutir e encontrar uma solução mutuamente aceitável;

³⁰ Decisão é final e somente pode sofrer apelação em casos muito especiais

- **Conciliação:** Conciliador reúne-se às partes, separadamente, e busca concessões de ambas ajudando a resolver a disputa.

Os benefícios dessas práticas residem no fato de serem ferramentas que podem auxiliar os tribunais na resolução de disputas de forma oportuna, econômica e transparente. Além disso, os mecanismos de ADR³¹ podem melhorar a eficiência do sistema judicial em geral, ajudando a reduzir atrasos e gargalos. Ainda, um mediador ou árbitro neutro economiza tempo e dinheiro às empresas na resolução de disputas comerciais menores e proporciona maior controle sobre resultados e confidencialidade do processo.

Apesar da obrigatoriedade da audiência de conciliação ou mediação ter sido instaurada no Brasil, com o intuito de desobstruir as cortes do país, a iniciativa ainda não apresentou alta efetividade:

- Obrigatoriedade de utilização das alternativas mesmo em caso de desinteresse por uma das partes, reduzindo a eficácia, prolongando o prazo de resolução e aumentando custo total do processo;
- Desalinhamento de incentivos aos mediadores e conciliadores: avaliação de desempenho atual remunera apenas casos atendidos, não havendo incentivo a efetivação de acordos.

Exemplos internacionais

Diversos países adotam alternativas ao judiciário para resolução de conflitos. A Comissão Europeia (EC) adotou em 2008 a Diretiva de Mediação, requisitando que seus participantes se mobilizassem em direção à adoção eficiente de alternativas de resolução de disputa. Em 2014, a EC publicou um estudo³² onde demonstra os benefícios da utilização da prática de conciliação e mediação. Países como Itália, Alemanha e Holanda reportaram mais de 10 mil casos resolvidos por mediação por ano. O estudo calcula ainda que uma economia de 60% dos custos, em média, é observada ao recorrer a processo alternativo de resolução de disputa judicial na Europa.

A Itália, por exemplo, adota o modelo de “mediação obrigatória mitigada” em casos pertinentes, de modo que o primeiro contato com o mediador é gratuito caso uma das partes opte por não seguir com a prática.

Em Quebec, no Canadá, a audiência de conciliação foi instaurada em 2003. Ela deve ser realizada sempre que as partes concordem, ou caso o juiz avalie que o caso é propenso ao acordo, o qual é atingido em 83% dos casos.

Baseando-se em práticas internacionais, sugerimos **incentivar alternativas como conciliação e mediação**. A iniciativa é dividida em duas subiniciativas:

- A. Propor alteração do Código de Processo Civil de modo a tornar a audiência judicial obrigatória se acordado entre partes ou se considerado pertinente por um especialista (art. 334), retirando a obrigatoriedade da tentativa de mediação (detalhamento se encontra no anexo A.3 na figura 39);
- B. Trabalho em conjunto com o CNJ do Banco Central para estabelecer incentivos, premiando **produtividade e qualidade** aos mediadores e conciliadores.

³¹ *Alternative dispute resolution*

³² *REBOOTING THE MEDIATION DIRECTIVE: ASSESSING THE LIMITED IMPACT OF ITS IMPLEMENTATION AND PROPOSING MEASURES TO INCREASE THE NUMBER OF MEDIATIONS IN THE EU*

Sensibilizar o judiciário sobre os impactos de decisões individuais no mercado de crédito

No Brasil observam-se decisões judiciais de caráter mais pró-tomador de crédito, seja ele pessoa física ou jurídica. Essa decisão tem implicações para todo o mercado:

- Gera a necessidade de precificação adicional tendo em vista a incerteza em relação à interpretação de contratos juridicamente perfeitos;
- Tomadores precisam arcar com custos maiores;
- Preços maiores aumentam a chance de tomadores entrarem em inadimplência.

Exemplos internacionais

Europa

Países europeus implementaram treinamento obrigatório do Judiciário como medida de ganho de eficiência, conforme recomendado pela Comissão Europeia (CE). O treinamento contínuo tem o intuito de **aprimorar habilidades específicas dos juízes e trazer maior eficiência** às cortes.

O treinamento não se restringe ao Judiciário - a França adotou, em 2010, a obrigatoriedade do treinamento para **juízes, promotores, oficiais de justiça, advogados, assistentes da Corte e notários**.

Além de treinamentos específicos por país, a CE lançou em 2011 um plano de treinamento do judiciário sobre a legislação de outros países membros da União Europeia:

- Entre 2011 e 2015 foram promovidos **mais de 500.000 treinamentos**
- Treinamentos são administrados de maneira centralizada pela Rede de treinamentos judiciais europeia (EJTN) ³³

Baseando-se em práticas internacionais, propomos **sensibilizar o judiciário sobre os impactos de decisões individuais no mercado de crédito**. A iniciativa é dividida em duas subiniciativas:

- A. Estabelecer diálogo com CNJ para divulgar iniciativa e alinhar objetivos (detalhamento no anexo A.3, figura 40);
- B. Aproximar Banco Central e Poder Judiciário, estabelecendo diálogo e sensibilização sobre impacto de suas decisões no mercado de crédito brasileiro.



O Banco Central já atuou de forma muito similar, como *amicus curiae*, fornecendo subsídios às decisões dos tribunais, oferecendo melhor base para questões relevantes e de grande impacto no sistema financeiro.

Instituição de juízes-robô

A utilização de juízes robô pode acelerar a resolução de disputas judiciais através da inteligência artificial. Casos recentes mostram que *softwares* de inteligência artificial podem tanto auxiliar a tomada de decisões judiciais quanto suportar tarefas processuais, auxiliando no desafogamento do Judiciário.

³³ European Judicial Training Network

Figura 13: Exemplos de utilização de robôs e inteligência artificial

Robôs suportando decisões judiciais	Robôs suportando atividades contratuais
 <p>Status: Em desenvolvimento</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pesquisadores da University College of London desenvolveram um robô que, através de Inteligência Artificial, avalia casos e determina a “sentença” adequada através da análise de casos passados • O robô foi alimentado por informações sobre 584 casos de temas diversos • De acordo com seus criadores, seu objetivo não é a “substituição de juízes”, mas sim “atuar como uma ferramenta de rápida identificação de padrões que possam levar a determinadas ocorrências” <ul style="list-style-type: none"> – Mesmo assim, em 79% das sentenças observadas o veredito do robô foi igual ao deliberado pela Corte 	 <p>Status: Em uso</p> <ul style="list-style-type: none"> • O banco JP Morgan desenvolveu uma ferramenta COIN (<i>Contract Intelligence</i>) que revisa contratos de operações financeiras através de <i>machine learning</i> • A ferramenta interpreta e revisa contratos comerciais, um processo que anteriormente levava mais de 300 mil horas para ser concluído por funcionários • Se comparado ao processo tradicional, o eletrônico é: <ul style="list-style-type: none"> – Mais rápido e mais barato – Mais confiável

Fomentar a implementação de inteligência artificial em julgamentos e outros processos judiciais suportaria a implementação das demais medidas de otimização do judiciário.

2.3.2. Plano de implementação

O prazo de implementação desta iniciativa é projetado em **seis trimestres**, de modo que sua efetividade é impactada diretamente pela agenda legislativa do ano de 2018. O cronograma a seguir mostra no detalhe cada etapa a ser realizada e os respectivos prazos estimados.

Figura 14: Cronograma de implementação da iniciativa de otimização de processo de execução e suas alternativas – 1ª parte

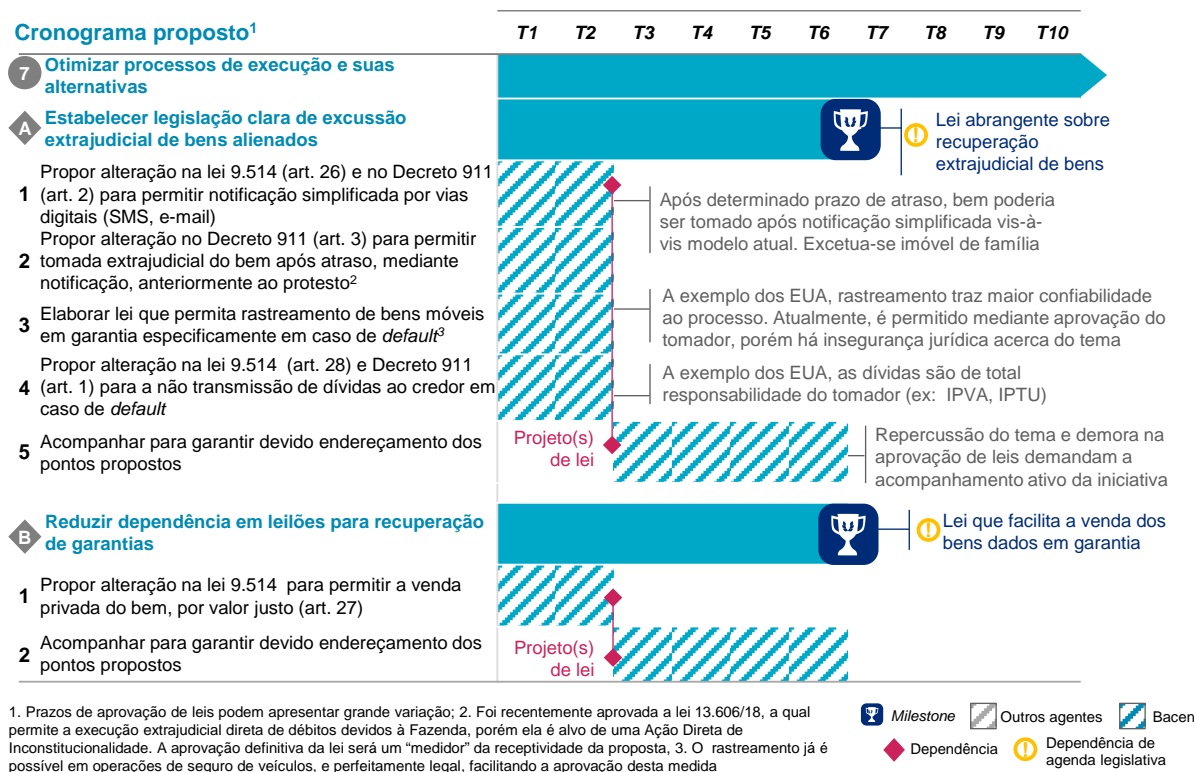
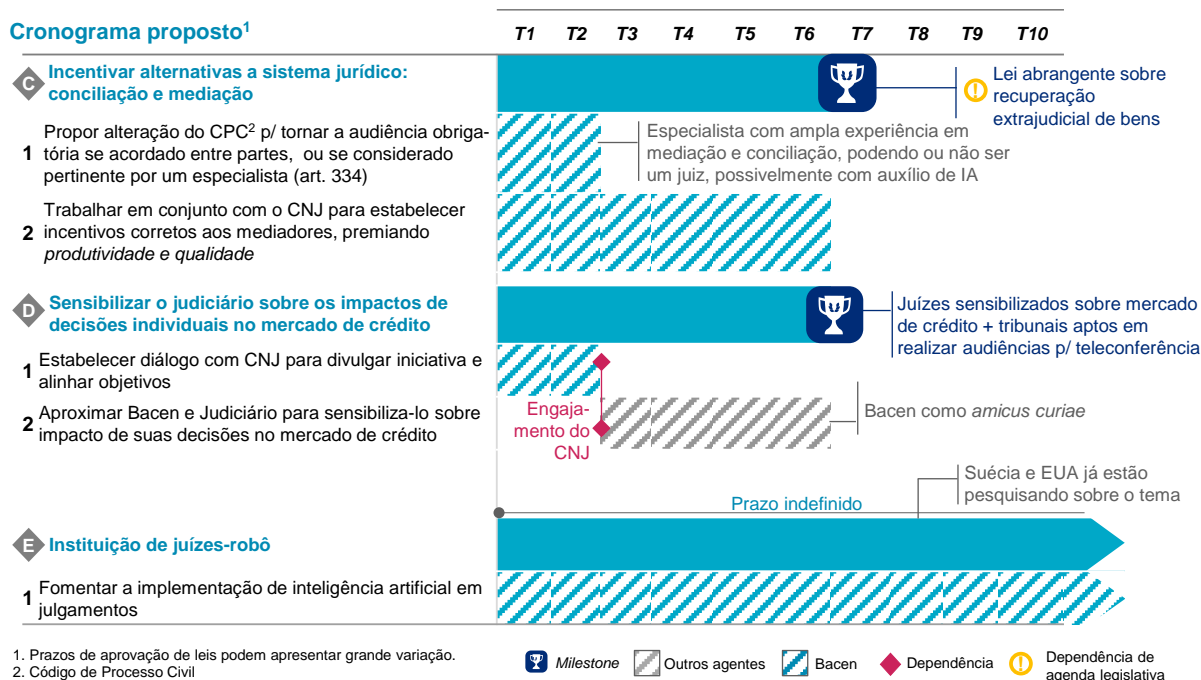
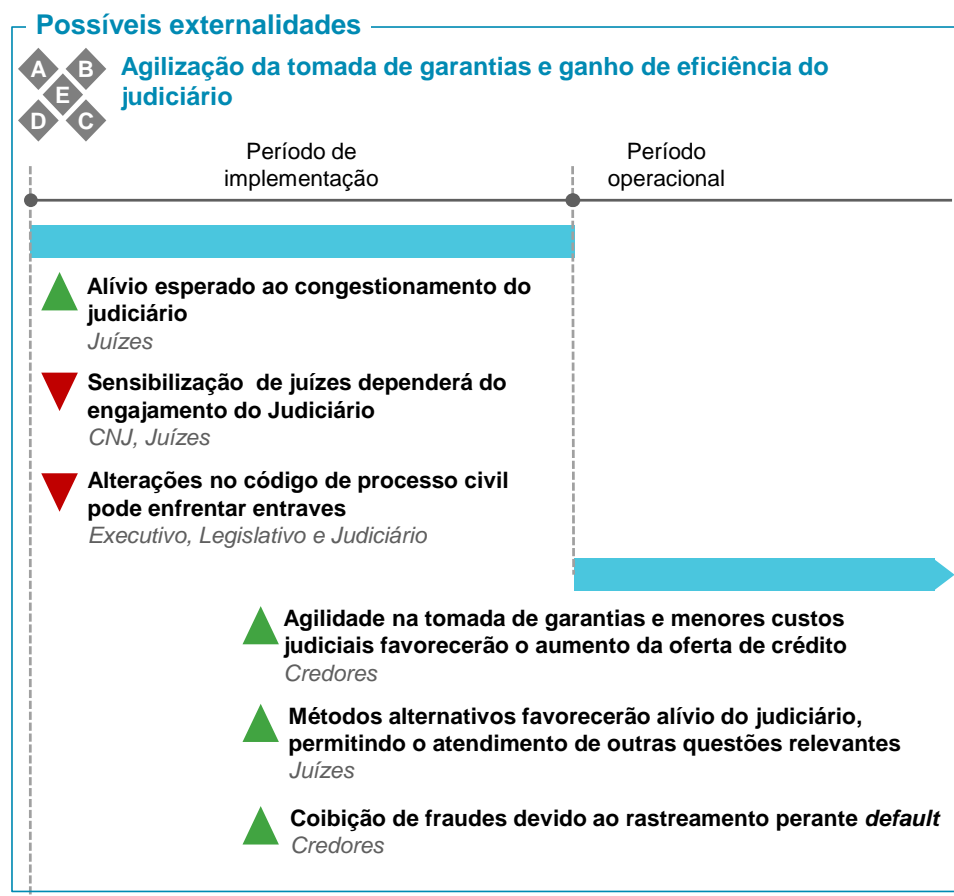


Figura 15: Cronograma de implementação da iniciativa de otimização de processo de execução e suas alternativas – 2ª parte



Riscos e externalidades que refletem a adoção das medidas propostas são possíveis e devem ser monitorados ao longo da implementação da iniciativa:

Figura 16: Possíveis riscos e externalidades à iniciativa de otimização dos processos de execução e suas alternativas³⁴



O monitoramento do impacto e progressão das medidas adotadas podem ser feitos por meio de KPIs, dos quais são considerados pertinentes:

- **Eficiência do judiciário:** Número de processos na fila de espera dos tribunais e o tempo médio de resolução de conflitos
- **Agilidade na tomada e venda de garantias:** Dias corridos para a tomada dos bens alienados, dias corridos entre tomada e venda de bens e a provisão de despesas para execução de garantias

2.4. Estimular atuação das entidades de recuperação de ativos inadimplentes

2.4.1. Definição da iniciativa

Além de aperfeiçoar os processos judiciais e suas alternativas, reconhecemos a existência e os benefícios de empresas Gestoras de Ativos Inadimplentes (GAIs), considerando o estímulo dessas entidades como uma medida a ser adotada.

³⁴ Possíveis impactos, dificuldades e consequências esperadas

Essas empresas apresentam vantagens para o mercado de crédito, devido à alta especialização em atividades voltadas exclusivamente para a recuperação de crédito inadimplente:

- **Economias de escala**, permitindo menores custos fixos aos bancos devido ao esforço concentrado na concessão do crédito;
- **Maior efetividade na cobrança**, reflexo da priorização desta atividade.

No entanto, o crescimento no Brasil dessas empresas é prejudicado pela falta de profissionalização de *players* do mercado, gerando aversão por parte das instituições financeiras a recorrer a estas empresas para a venda de suas carteiras de crédito inadimplente.

Exemplos internacionais

Segundo *benchmarks* internacionais, GAIs têm o potencial de impulsionar a recuperação de crédito devido à sua maior especialização na prática da atividade. Esse cenário é alcançado devido à realização de um processo de **diligência profunda de quem entra em contato e como ocorre a atividade de cobrança**. O cumprimento de normas, requisitos de defesa ao consumidor e boas práticas de cobrança devem ser comprovados para que essas empresas tenham permissão para exercer suas atividades.

Reunindo os melhores exemplos observados internacionalmente, o FMI publicou um relatório focado na resolução do problema de *Non Performing Loans (NPLs)* na Europa. Nesse documento, apresentam-se diversas iniciativas a serem consideradas, dentre as quais se encontram recomendações para supervisão de GAIs.

Tabela 2: Recomendações do FMI para supervisão de gestão de ativos inadimplentes na Europa³⁵

Pilares	Status	Iniciativas
A. Aperfeiçoamento da supervisão	✓ Adoção de medidas robustas de provisionamento e requisitos de capital para incentivar a recuperação de ativos	➤ • Brasil já emprega requisitos robustos de provisionamento e capital
	✗ Poder de sanção regulatória para instituições de recuperação de ativos	➤ • Analisar eventuais mudanças no Código de Defesa do Consumidor
	✗ Exigência de desenvolvimento da capacidade de gestão de ativos inadimplentes	➤ • Exigir a definição de estratégias claras para a redução de NPLs
B. Medidas de suporte	✓ Mecanismos que possibilitem um mercado secundários de NPLs	➤ • A securitização através de FIDCs permite a existência de um mercado secundários de NPLs
	⚠ Melhorar o acesso a informação sobre o tomador de crédito e qualidade da garantia	➤ • Previsto nas iniciativas 1, 2, 4 e 5
	⚠ Sistema legal/jurídico eficiente para recuperação de garantias	➤ • Previsto nas iniciativas 6 e 7

Os benefícios decorridos da implementação das recomendações propostas permitem:

- Maior **eficiência** de cobrança em plataformas independentes e especializadas
 - Maior benefício para bancos pequenos, que têm estrutura enxuta e modelo de negócios focado em originação de novos créditos

³⁵ IMF, *A Strategy for Resolving Europe's Problem Loans*, Set/15

- Redução de custo fixo de cobrança
- Permite **melhor valuation** das carteiras de *NPLs*
- Instaura disciplina entre os participantes do mercado
- **Protege o consumidor** contra práticas abusivas de cobrança, por meio da supervisão do regulador
- Incentivo à ética e responsabilidade

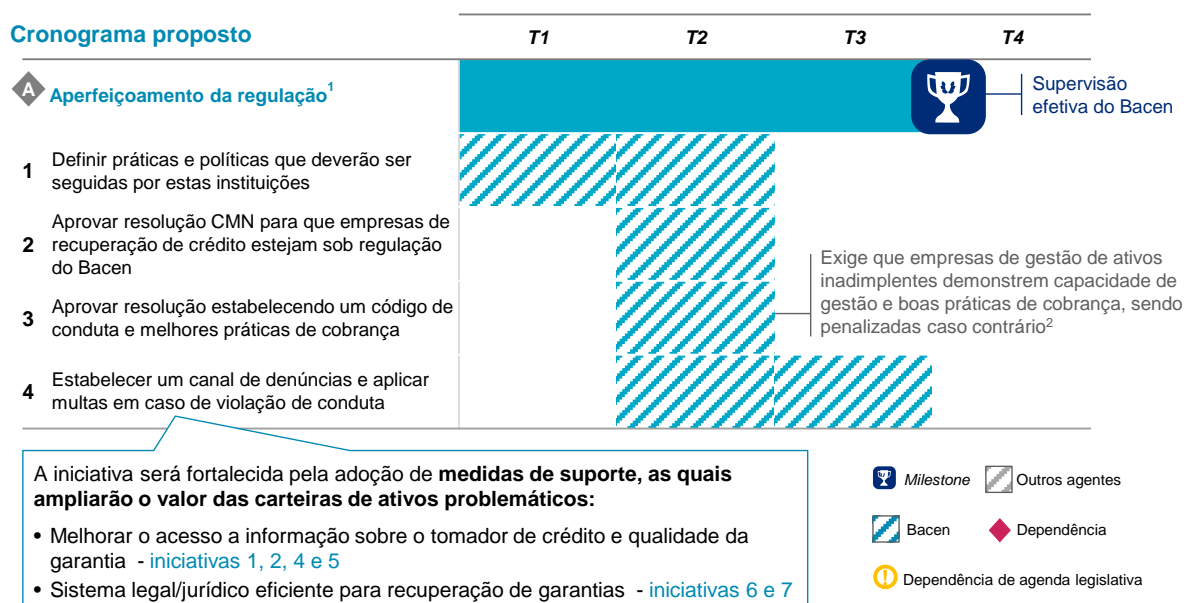
Baseando-se nas recomendações internacionais, sugerimos a criação, pelo Banco Central, de regulação específica para GAIs (atualmente sujeitas à regulação da CVM), com exigências de requisitos operacionais e cumprimento de normas de conduta. Aliado a isso, visando empoderamento do consumidor e fiscalização próxima dessas empresas, é importante estabelecer um canal de denúncias, cabendo ao Banco Central aplicar multas e sanções em caso de violação de conduta.

Esta movimentação, aliada às iniciativas de otimização dos processos judiciais de cobrança e execução, busca estimular a atuação e crescimento sustentável da atividade de entidades especializadas em recuperação de créditos inadimplentes.

2.4.2. Plano de implementação

O prazo de implementação desta iniciativa é projetado em **quatro trimestres**, e sua efetividade está amplamente ligada à otimização dos processos judiciais e suas alternativas para recuperação de créditos inadimplentes. O cronograma a seguir mostra detalhadamente cada etapa a ser realizada e o prazo estimado.

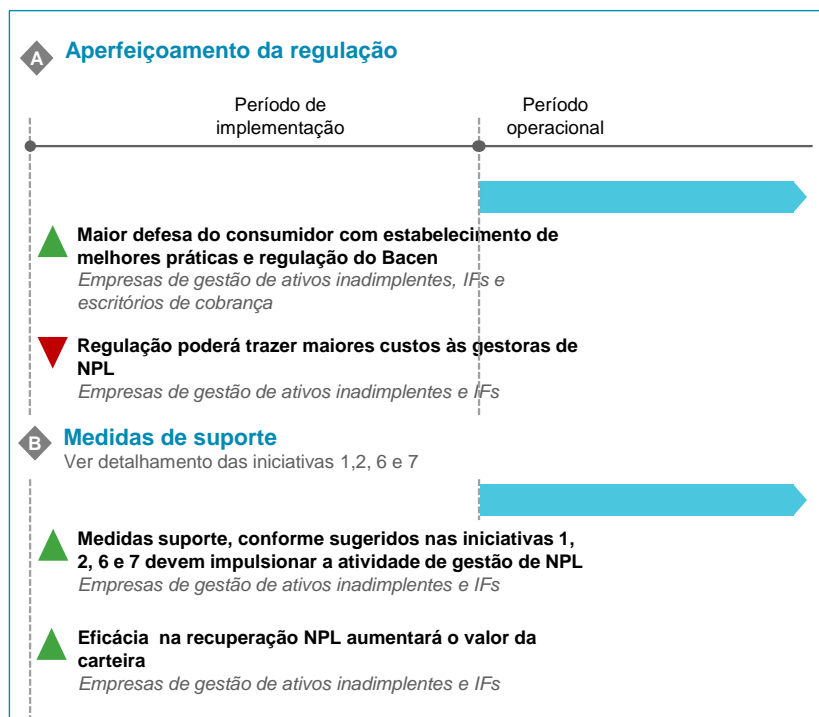
Figura 17: Cronograma de implementação da iniciativa de estimular atuação das entidades de recuperação de ativos inadimplentes



1. Prazos de aprovação de leis podem apresentar grande variação; 2. Se utilizados terceiros em atividades de cobrança, co-responsabilizar empresas de gestão de ativos inadimplentes em hipótese de abusos na cobrança

Riscos e externalidades são possíveis e devem ser monitorados ao longo da implementação da iniciativa para garantir sua efetividade:

Figura 18: Possíveis externalidades e riscos identificados³⁶



O monitoramento do impacto e progressão das medidas adotadas pode ser feito utilizando KPIs, dos quais são considerados pertinentes:

- **Atividade das gestoras de ativos inadimplentes:** porcentagem da carteira de ativos inadimplentes que foi vendida para gestoras de ativos inadimplentes;
- **Assertividade da cobrança:** taxa de recuperação de crédito antes e depois da iniciativa entrar em operação;
- **Método de cobrança:** taxa de reclamações feitas por consumidores a respeito de práticas abusivas de cobrança de créditos inadimplentes.

2.5. Outras iniciativas principais

Apesar de não priorizadas, as iniciativas 3, 4, 5 e 6 relatadas na figura 6 da seção 2. são consideradas potencialmente relevantes. O detalhamento dessas iniciativas é construído a seguir.

2.5.1. Acesso a dados de geolocalização em caso de inadimplência

A dificuldade em localizar bens móveis em garantia, quando o tomador entra em *default*, pressiona credores a precificarem essas linhas de crédito com taxas elevadas não

³⁶ Possíveis impactos, dificuldades e consequências esperadas

condizentes com a modalidade. A facilitação na busca e apreensão desses bens estimularia instituições financeiras a reduzir os preços cobrados dos tomadores.

Atualmente, nos EUA, a prática de rastreio de veículos segurados é obrigatória. Em casos em que o veículo é financiado ou utilizado como garantia em uma linha de crédito, o credor tem acesso à localização do veículo para executar a recuperação do bem.

Dessa forma, para casos de inadimplência comprovada, possibilitar que a Justiça ou mesmo que credores tenham acesso a dados de geolocalização para encontrar devedores e/ou os bens utilizados como garantia (aplicável para veículos) empoderaria credores e estimularia a prática dessa modalidade de crédito a preços menores.

2.5.2. Estabelecer registro centralizado de garantias

Os registros de bens atualmente se encontram segmentados no mercado. Registros de imóveis, veículos e outros bens são administrados e supervisionados por entidades diferentes com sistemas operacionais variados. Desse modo, promover a centralização de informações, aliado à ampliação dos bens passíveis de serem registrados, é uma possibilidade de redução de custo do crédito.

A vinculação de garantias, com possibilidade efetiva de avaliar sua qualidade, é uma evolução necessária para baratear o crédito pessoal. Com a qualidade avaliada e validada por uma entidade de registro, credores reduzirão a sobrecolateralização de tomadores de crédito, facilitando consumidores com restrição de bens e ampliando o crédito aos que se encontram com excesso de garantias alienadas.

Exemplo internacional

China

A China reformou em 2007 seu sistema de garantias, criando um registro central de ativos móveis. A reforma seguiu alterações legislativas, que permitiram a criação de um registro unificado e um programa para disseminação do projeto:

- **Legislativo:** Foi criado um esquema legal de prioridades mais transparente para credores com garantia e sem garantia
- **Registro:** Foi estabelecido um **cadastro nacional online de penhores de contas a receber e inventário**
 - O registro é supervisionado pelo *Credit Reference Center*, uma unidade vinculada ao Banco Popular da China
 - Possui acesso *online* via conta de usuário e reúne informações sobre a identificação do tomador, credor, descrição do ativo e da operação de crédito
- **Divulgação:** Foram promovidos eventos educativos para clientes e para o setor público, disseminando a motivação e importância do projeto

O projeto alcançou aproximadamente quatrocentos mil cadastros e quinhentos mil buscas nos sistemas realizados até junho de 2011:

- A parcela dos **empréstimos baseados em ativos móveis na China cresceu de 16% para 36%** entre 2006 e 2011

- Número de empréstimos envolvendo ativos móveis cresceu 21% de 2008 a 2010, frente à estagnação observada de 2006 a 2008

Chile

No Chile, foi estruturado um registro eletrônico de garantias para ampliar acesso a crédito através do “*Registro de Prendas Sin Desplazamiento*”, um braço do Registro Civil do Chile, onde é possível realizar registro eletrônico de ativos móveis. O serviço começou a ser oferecido em 2011 devido à necessidade de ampliar o acesso a crédito no país. O registro é eletrônico, público e único e custa por volta de \$30.000 pesos chilenos, cerca de R\$ 150.

Baseando-se em exemplos internacionais, recomendamos **legislar e operacionalizar um registro eletrônico unificado de garantias móveis acessível a tomadores e credores**. Essa base centralizada deve ser alavancada com registros já existentes no mercado para imóveis, veículos e CDBs. A iniciativa é composta por duas medidas principais:

- A. Legislar e operacionalizar o registro unificado de garantias
- B. **Ampliar modalidades de ativos registrados**

2.5.3. Regulamentar carta-garantia como mecanismo para estabelecer linhas de crédito atrativas

As taxas de juros cobradas em linhas de crédito sem garantias reais chegam a ser duas vezes mais caras que modalidades que possuem garantia fidejussória ou alienação fiduciária, conforme evidenciado na seção 1.2.2. Faltam disponibilidade e acesso facilitado a produtos financeiros com garantia para crédito pessoal não consignado, mesmo para bons pagadores. Estabelecer produtos e mecanismos que permitam a flexibilização do uso de garantias é uma medida que pode aumentar o acesso a crédito e reduzir os preços cobrados de consumidores.

Exemplo internacional




Chile



No Chile, além do registro eletrônico de garantias, foi estruturado o produto garantia guarda-chuva, com o objetivo de ampliar o acesso a crédito. Os **ativos registrados na base eletrônica podem servir como garantia em uma única ou múltiplas operações de crédito**, desde que não ultrapassem o valor total das obrigações creditórias totais. A múltipla utilização de ativos como garantia de crédito maximiza o poder de barganha dos tomadores de crédito, podendo assim reduzir as taxas de juros cobradas. Os bens passíveis de serem registrados e utilizados para garantia guarda-chuva:

- **Propriedade pessoal móvel:** veículos motorizados, máquinas, animais de corte, etc;
- **Direitos:** créditos, direitos de concessão;
- **Título de crédito:** ações, títulos, notas promissórias;
- **Outros:** Lucros futuros, inventários.

Baseando-se em exemplos internacionais, sugerimos **regulamentar carta-garantia como mecanismo para estabelecer linhas de crédito atrativas**. O impacto da iniciativa é dependente da implementação do registro centralizado de garantias móveis, aliado a três pilares principais:

Figura 19: Pilares de apoio para implementação da Carta-Garantia

<div> <div>1</div> <div>Legislação que garanta o funcionamento</div> </div> <div> <div>2</div> <div>Arcabouço operacional que possibilite sua eficácia</div> </div> <div> <div>3</div> <div>Ampla divulgação para que seja utilizada</div> </div>			
Requisitos	Recomendações	Estágio atual	Próximos passos
Pilar 1: Lei	<ul style="list-style-type: none"> Regulamentação de um registro centralizado de ativos não-financeiros possibilitando sua utilização como garantia para abertura de linhas de crédito 	 <ul style="list-style-type: none"> A lei 13.476/17 permite criação de cadastro de ativos financeiros e uso de garantia para um limite de crédito 	<ul style="list-style-type: none"> Lei que permita registro de gravames e ônus de ativos móveis não-financeiros em base centralizada
Pilar 2: Operacionalização	<ul style="list-style-type: none"> Necessária a existência de um registro funcional centralizado com todas informações relevantes dos ativos presentes O registro deve ser acessível por credores praticantes da modalidade 	 <ul style="list-style-type: none"> Devido à falta de legislação vigente, o registro de garantias móveis é realizado de maneira dispersa em cartórios (se realizado) O registro centralizado, atualmente, é previsto apenas para veículos 	<ul style="list-style-type: none"> Conceder a permissão de registro a uma central registradora oficial; Garantir a intercomunicação em caso de múltiplas registradoras
Pilar 3: Divulgação	<ul style="list-style-type: none"> Mandatária a utilização de meios de comunicação em massa para divulgar o mecanismo deste novo produto financeiro 	 <ul style="list-style-type: none"> Conceito pouco conhecido no Brasil, uma vez que não existe a prática de registro de ativos que não automóveis no país 	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar o uso do registro através da divulgação

 Sem desenvolvimento
  Pleno funcionamento

Em caso de inadimplência em uma das operações de crédito, a lei não endereça o impacto da execução da garantia nos outros créditos não inadimplentes, que estão dentro do mesmo limite. Para garantir maior segurança, poderia ser definido que, em caso de inadimplência em qualquer um dos créditos, o limite de crédito é cancelado e o bem dado em garantia é executado com valor mínimo equivalente a todos os créditos atrelados ao bem.

2.5.4. Padronização de requerimentos de cartórios

Segundo o artigo 28 da Lei 8.935/94, notários e oficiais de registro **possuem independência no exercício de suas atribuições**, tendo direito a receber integralmente as taxas remuneratórias pelos atos praticados na serventia pública e só perderão a delegação nas hipóteses previstas em lei. Diversas ineficiências são observadas advindas desta prática:

- Ausência de padronização nos processos;
- Falta de integração das informações armazenadas, o que implica em muito tempo gasto em pesquisa de bens;
- Longo tempo de processamento;
- Ausência de competição para estimular aumento de eficiência.

A atuação dos cartórios é relevante no atual processo de cobrança, de modo que as ineficiências observadas oneram os credores que repassam esses custos aos consumidores.

A padronização de requerimentos de cartórios reduziria custos de credores ao atendimento de requisitos para os processos de cobrança.

Uma iniciativa que deve melhorar a questão de pesquisa de bens é a implementação do Sinter, que centralizará em um ambiente único as informações de bens imóveis, com acesso compartilhado aos cartórios.

3. Conclusão

O crédito pessoal não consignado é um produto de extrema importância para o mercado de crédito nacional, antecipando consumo e permitindo acesso a recursos em situações emergenciais.

Essa modalidade de crédito se encontra concentrada nos grandes bancos. Bancos médios, financeiras e cooperativas de crédito, principais *challengers* dos grandes bancos, ganham espaço em nichos específicos do mercado, por regionalidade, produtos específicos ou modelo de negócio (e.g. Crefisa que empresta para negativados).

Por meio de evidências encontradas, desenvolveram-se três principais hipóteses: bancos grandes têm vantagem informacional a partir dos dados transacionais de sua base de clientes, faltam disponibilidade e acesso a produtos financeiros com garantia para crédito pessoal não consignado e o custo de cobrança e a lentidão na recuperação de créditos inadimplentes permanecem altos.

A partir da priorização e comprovação das hipóteses, oito iniciativas foram elaboradas, das quais quatro priorizadas e detalhadas no nível de implementação: aprimorar o Cadastro Positivo; disponibilizar dados fiscais sob consentimento do consumidor; otimizar os processos de execução de dívidas, garantias e suas alternativas; e estimular a atuação das entidades de recuperação de ativos inadimplentes. Com o desenvolvimento e aplicação dessas iniciativas, o custo de risco e administrativo presente no *spread* devem ser substancialmente reduzidos.

O raciocínio por trás das iniciativas é aumentar a oferta de dados disponíveis, oferecer maior gama de produtos alternativos ao crédito pessoal não consignado sem garantia (aproximadamente 80% da modalidade) e reduzir os custos de cobrança ligados a créditos inadimplentes.

Existem riscos e externalidades associados às iniciativas, por isso ressaltamos a importância de o Banco Central realizar monitoramento contínuo do andamento das iniciativas. O prazo para implementação delas é estimado em até nove trimestres, sendo este o prazo para a iniciativa considerada mais demorada devido à articulação necessária entre diversas entidades do governo e indústrias diferentes (prestadoras de serviços continuados). Consideramos prazos menores para etapas que envolvem essencialmente o Banco Central, resguardando períodos mais conservadores para medidas dependentes de terceiros.

Apêndice A.

A.1. Visão geral do mercado

Figura 20: Linhas de crédito para pessoas físicas com recursos livres, em bilhões de R\$

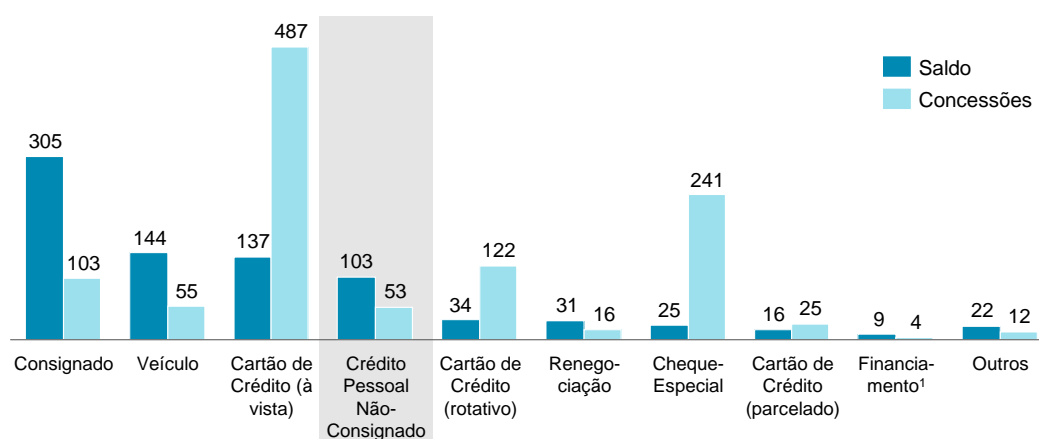


Figura 21: Evolução do saldo de crédito livre PF, em bilhões de R\$

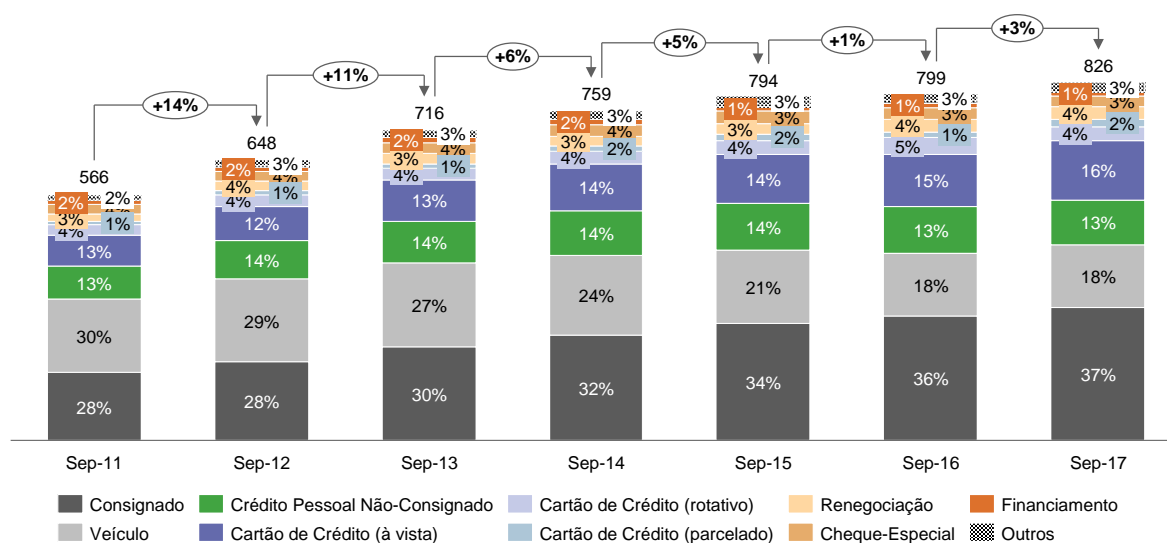


Figura 22: Distribuição da população total por renda per capita, % do total por faixa de renda (em Salários Mínimos)

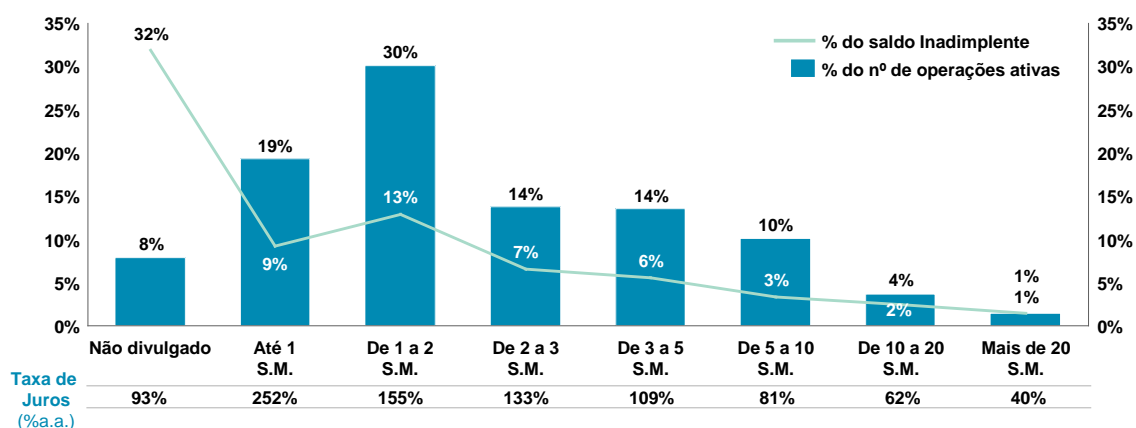


Figura 23: Histórico de crédito pessoal não consignado, em bilhões de R\$ com valores nominais

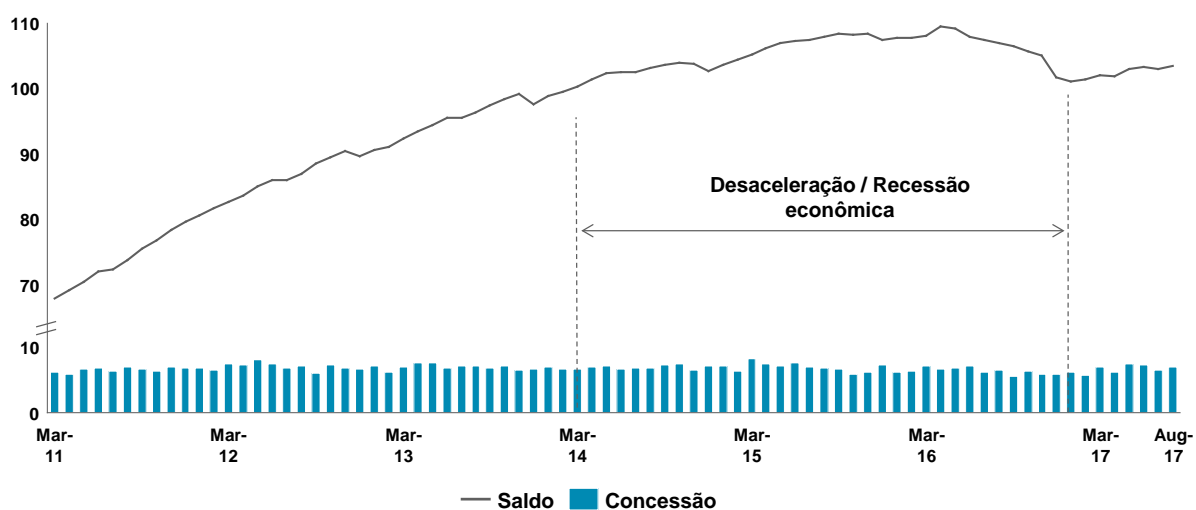
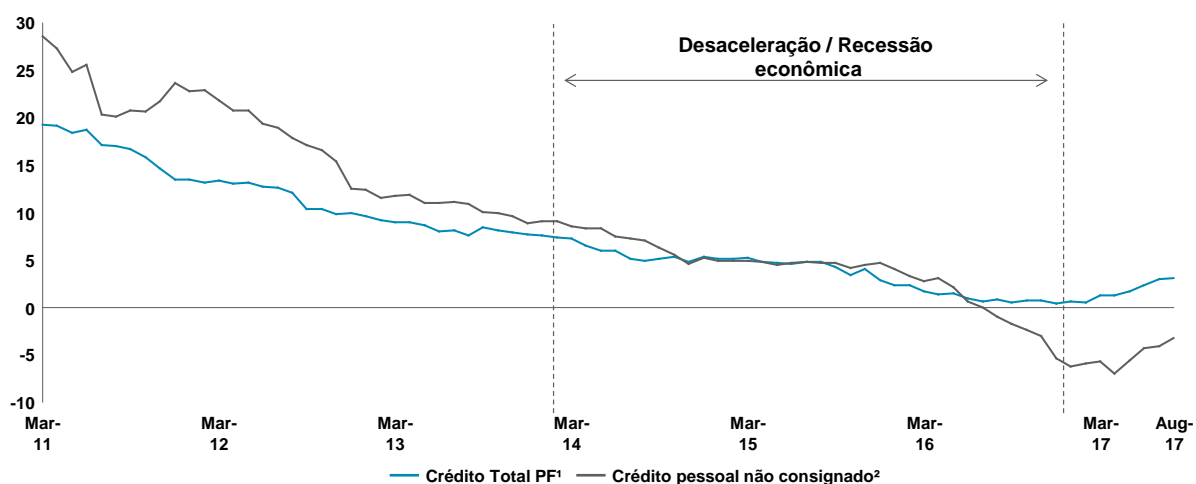


Figura 24: Evolução do saldo de crédito, em % variação 12 meses



1. Não inclui saldo de crédito direcionado

2. Não inclui operações referenciadas em tarifas reguladas, relacionadas a recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) ou quaisquer outros recursos compulsórios

Fonte: Séries temporais, database de set/17

Figura 25: Número de operações por tamanho de empréstimo, em milhares de operações, por ticket da operação em R\$

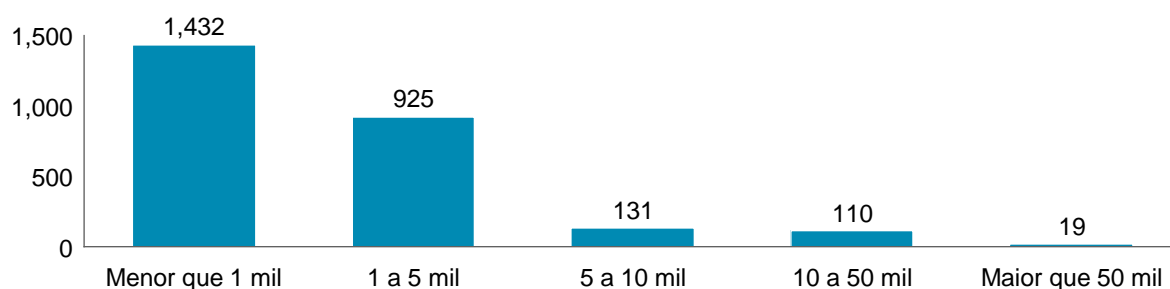
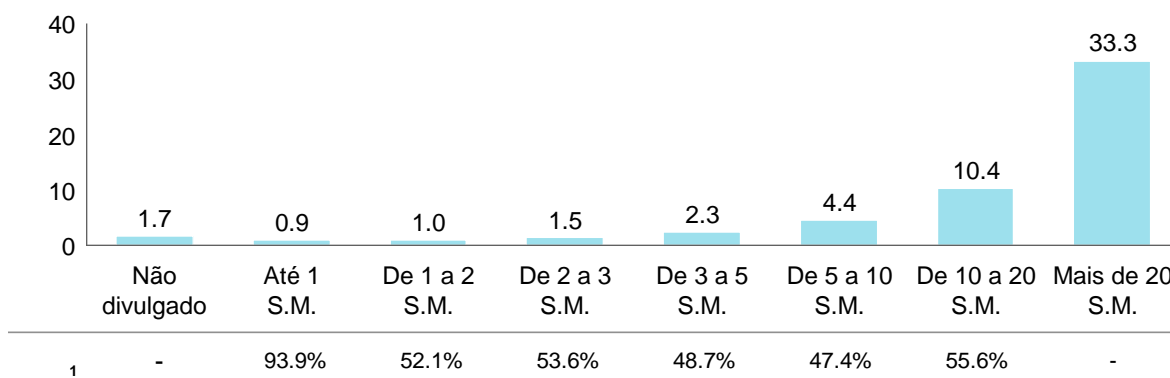
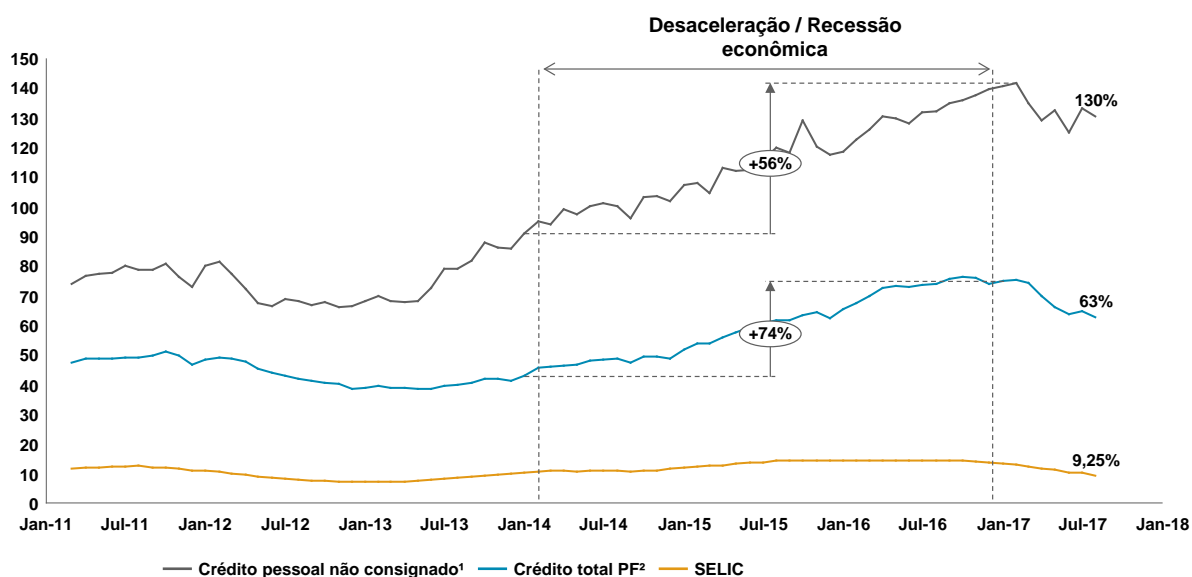


Figura 26: Ticket médio por faixa de renda, em milhares de R\$, por número de salários mínimos



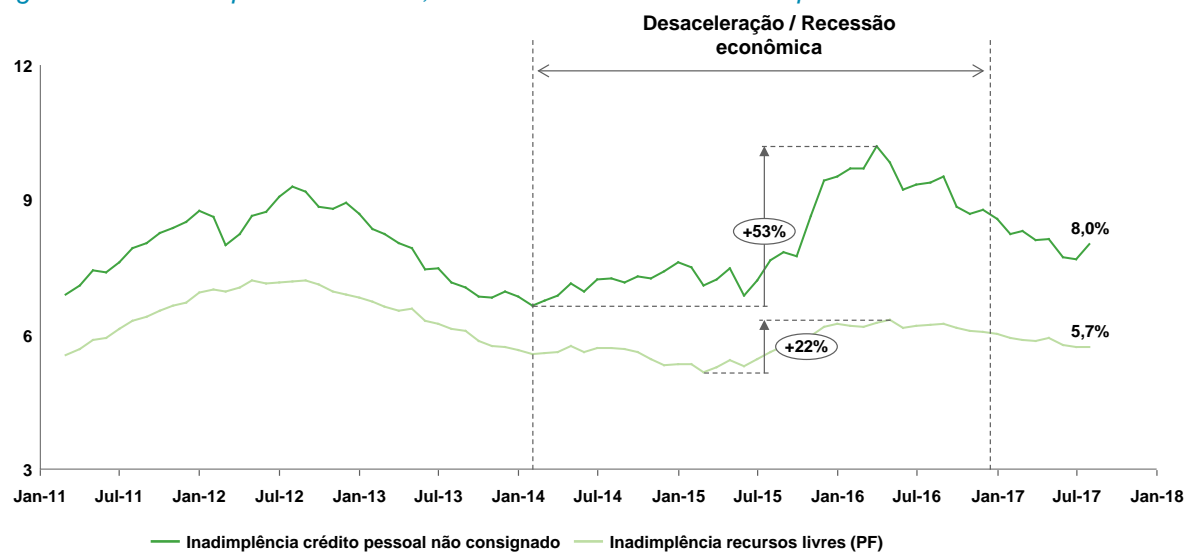
1. Ticket/ renda: Considerando limite superior do grupo. Nota: 1 salário mínimo em 2017 equivale a R\$937,00
 Fonte: SCR Concessão, Set/17

Figura 27: Taxa de juros média, em % ao ano



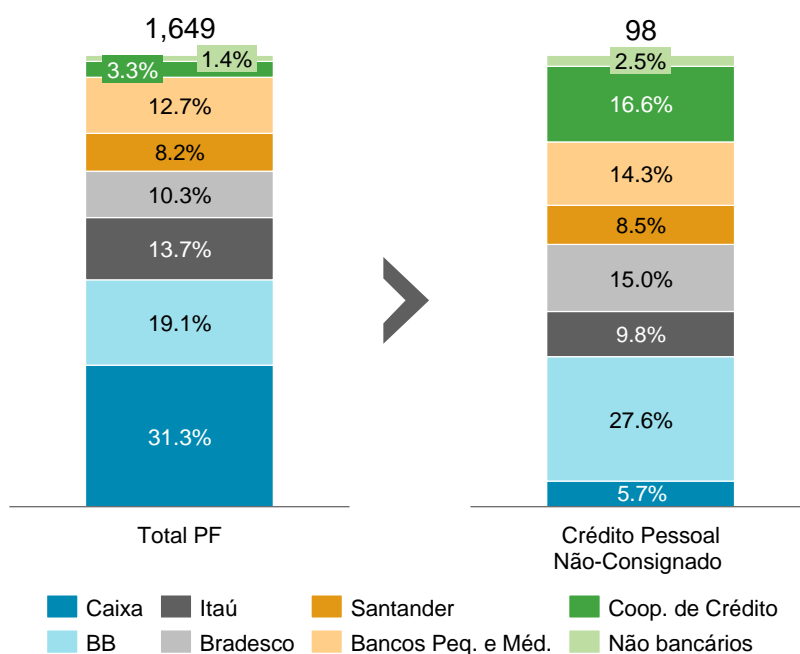
1. Não inclui operações referenciadas em tarifas reguladas; 2. Não inclui saldo de crédito direcionado
 Fonte: Séries temporais Banco Central do Brasil, até set/2017

Figura 28: Inadimplência média, em % da carteira total do produto



1. Não inclui operações referenciadas em tarifas reguladas; 2. Não inclui saldo de crédito direcionado
Fonte: Séries temporais Banco Central do Brasil, até set/2017

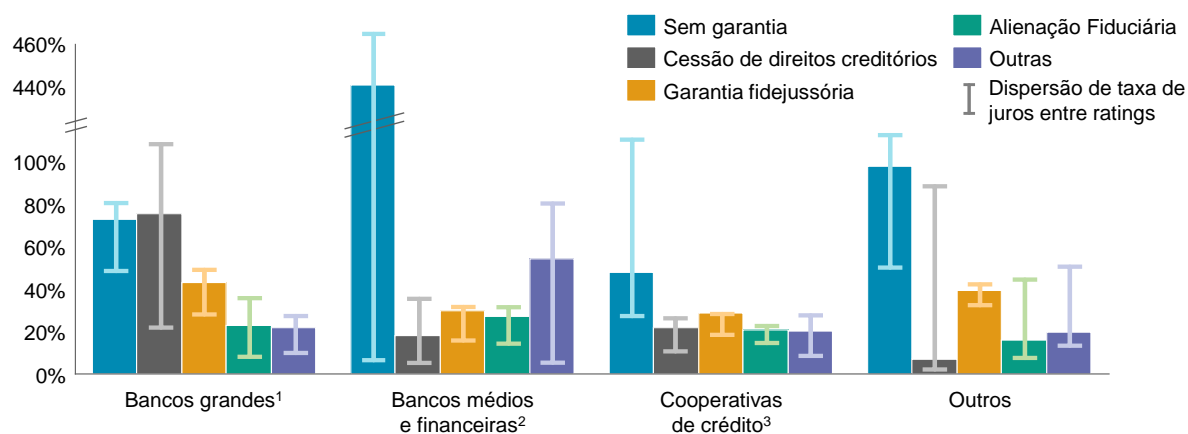
Figura 29: Segmentação da carteira Pessoa Física³⁷, por Credor, em bilhões de R\$



³⁷ Operações de crédito no exterior são excluídas de toda a análise

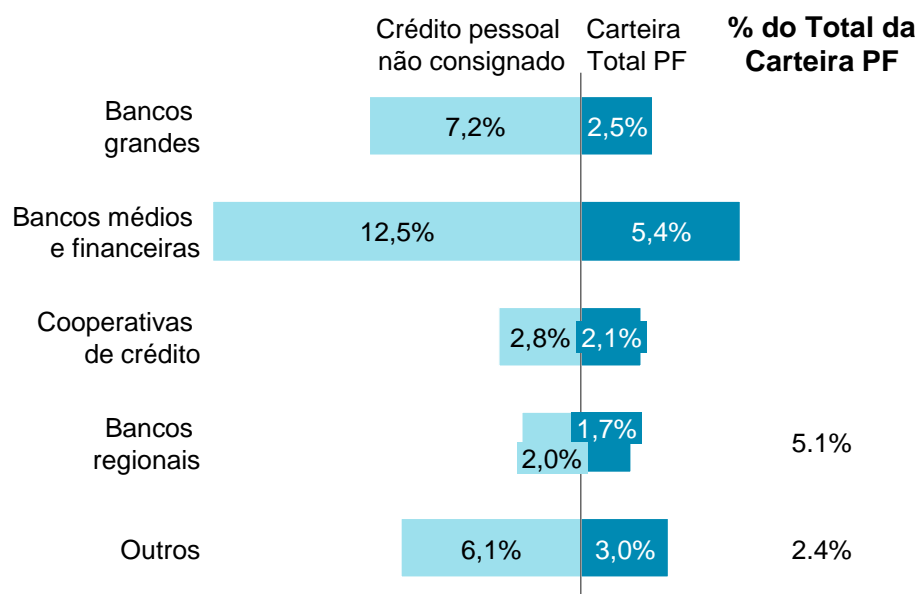
A.2. Evidências

Figura 30: Taxa de juros cobrada por credor em cada modalidade de garantia, % a.a. no saldo



1. Bancos grandes: S1s; 2. Bancos médios e financ: S3 privado e S4 Privado; 3. Coop de crédito: S5 Privado
Fonte: SCR, Saldo Nov/17

Figura 31: Operações de crédito vencidas por credor³⁸, % do total da modalidade



³⁸ Operações de crédito vencidas acima de 15 dias, segundo classificação do Banco Central;

Figura 32: Taxa de juros cobrado por rating e modalidade de garantia,% a.a. no Saldo

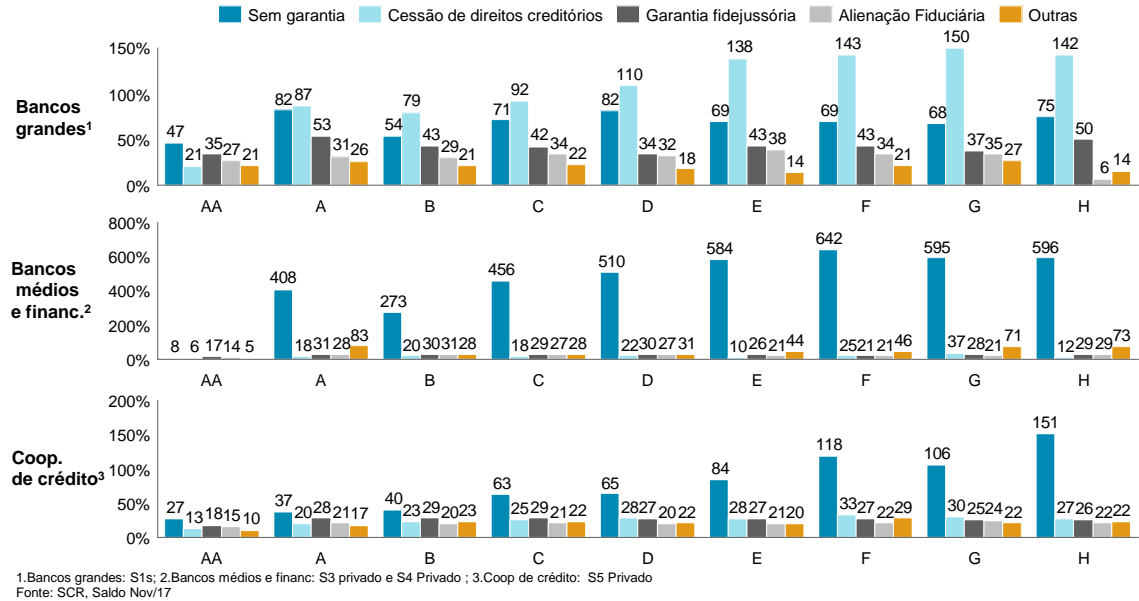
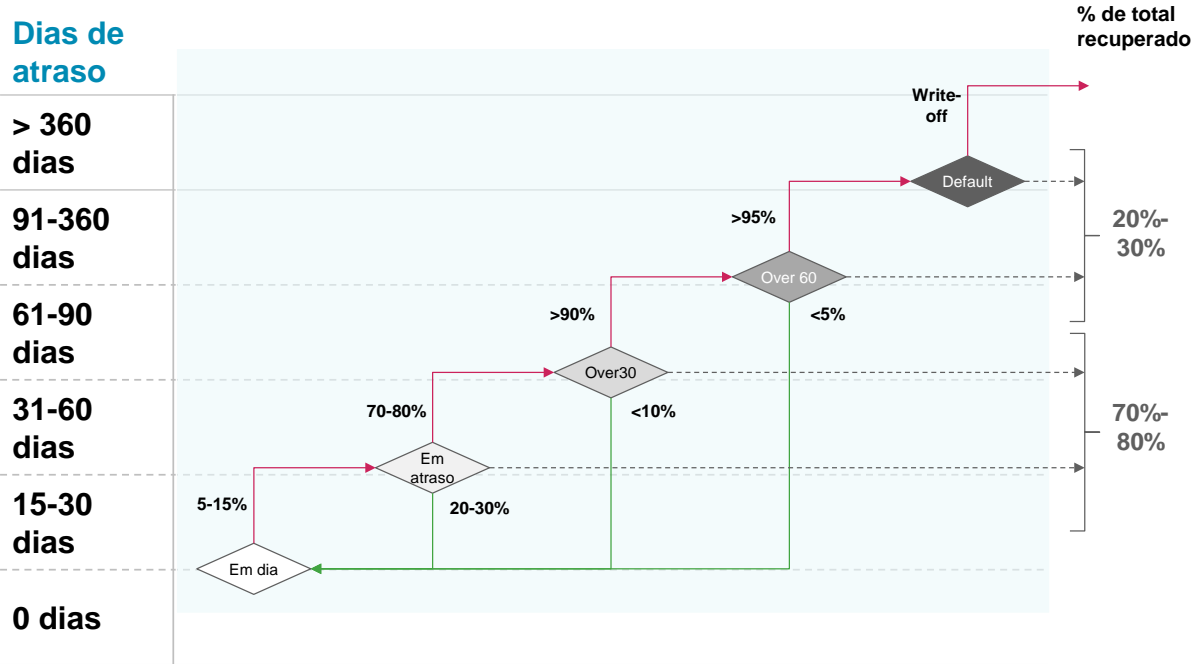


Figura 33: Esquema de cobrança – benchmark de grandes bancos para empréstimos pessoais não consignados



A.3. Plano de implementação

Figura 34: Leis relevantes que regem o Cadastro Positivo

Legislação atual		Alterações propostas
Lei Complementar 105/01 (Sigilo bancário)	<ul style="list-style-type: none"> Determina condições para a troca de dados bancários de clientes sem violação do sigilo Atualmente, institui que dados bancários podem ser revelados apenas após consentimento do interessado Está em discussão na Câmara dos Deputados através da PLP 441/17, para permitir o compartilhamento de dados relativos a operações de crédito e obrigações de pagamento, <i>opt out</i>, para bancos de dados 	<ul style="list-style-type: none"> Possibilitar claramente o compartilhamento de dados transacionais sem configuração de quebra de sigilo bancário (art. 1)
Lei 12.414/11 (Cadastro Positivo)	<ul style="list-style-type: none"> Disciplina a formação de banco de dados com informação de adimplemento, – determinando suas atribuições e seus deveres Está em discussão na Câmara dos Deputados através da PLP 441/17: <ul style="list-style-type: none"> Torna obrigatória a notificação ao cadastrado no momento do cadastro (automático) Determina a responsabilidade “objetiva” sobre a qualidade dos dados, vs. “objetiva e solidária” atualmente prevista pela lei A Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados está avaliando a proposta da PL 8184/17, que permite apenas <i>opt out</i> do cadastro positivo 	–
Decreto 7.829/08	<ul style="list-style-type: none"> Caracteriza “histórico de crédito” definido pela lei 12.414/11 Na prática, o decreto determina quais são os dados incluídos no C+ – Data da concessão ou assunção da obrigação de pagamento, valor concedido ou assumido, valores devidos, valores pagos 	<ul style="list-style-type: none"> Tornar o conceito de “histórico de crédito” mais abrangente ao especificar dados transacionais, e outros, em sua composição (art. 1)
Resolução 4.172/12	<ul style="list-style-type: none"> Institui a obrigatoriedade do fornecimento de dados ao C+ mediante pedido do interessado – Valido apenas para entidades reguladas pelo Bacen 	<ul style="list-style-type: none"> Criar diálogo para padronizar o compartilhamento de dados de prestadores de SCs

Figura 35: Leis relevantes que regem uma possível base de dados fiscais

Legislação atual		Alterações propostas
Lei 5.172/66 (Código tributário)	<ul style="list-style-type: none"> Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e normas e direitos aplicáveis Similantemente a LC 105/01 (Sigilo Bancário), introduz situações nas quais dados fiscais podem ser compartilhados sem prejuízo ao sigilo fiscal Intercâmbio de dados é atualmente permitido apenas no âmbito da administração pública ou via requerimento jurídico 	<ul style="list-style-type: none"> Permissão do compartilhamento de informações com credores autorizados pelo Bacen, para fins creditícios, mediante autorização (<i>opt in</i>) ou não (<i>opt out</i>) – Artigo 198
Lei 12.414/11 (Cadastro Positivo)	<ul style="list-style-type: none"> Disciplina a formação de banco de dados com informação de adimplemento, determinando suas atribuições e seus deveres Inclui “obrigações de pagamento adimplidas ou andamento” como conjunto de dados que constitui histórico de crédito Consequentemente, permite a criação de uma base de dados fiscais para formação de histórico de crédito, desde que não haja quebra de sigilo fiscal (lei 5.172) 	–

Figura 36: Leis relevantes que regem a atividade de cobrança

Legislação atual

Decreto lei 911/69 (Alienação fiduciária de bens <i>móveis</i>)	<ul style="list-style-type: none"> Estabelece normas e processos, notavelmente a cobrança, sobre a alienação fiduciária de bem móvel Dispõe que um bem pode ser tomado após autorização judicial <ul style="list-style-type: none"> A notificação deve ser feita por carta registrada com aviso de recebimento Adicionalmente, permite a venda direta do bem e execução por quantia certa, exigindo o pagamento do saldo restante caso a venda não alcance o montante devido
Lei 9.514/97 (Alienação fiduciária de bens <i>imóveis</i>)	<ul style="list-style-type: none"> Estabelece normas e processos, notavelmente a cobrança, sobre a alienação fiduciária de bem imóvel Dispõe que o bem pode ser tomado sem a necessidade de autorização judicial Exige notificação do devedor, por duas vezes, via oficial de registro Demanda que imóvel tomado seja obrigatoriamente leilado, e não prevê execução por valor certo
Lei 13.105/15 (Código de Processo Civil)	<ul style="list-style-type: none"> Entre outras medidas, instaura a obrigatoriedade da audiência de conciliação ou mediação, bem como as condições de cancelamento da audiência: <ul style="list-style-type: none"> Prazo não razoável, falta de interesse de ambas as partes, quando não houver autocomposição, entre outros
Constituição Federal de 1988	<ul style="list-style-type: none"> Constituição Brasileira, aqui analisada sob o ponto de vista do direito de privacidade Institui que são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas

Será preciso criar lei que possibilite o rastreamento de bens, acionado apenas em caso de *default*, sem prejuízo do direito de privacidade e com o intuito de coibir fraude ou má fé do devedor

Figura 37: Alterações sugeridas e seus impactos (1/4)





A Legislação clara de excussão extrajudicial e notificação simplificada		
Alterações legislativas previstas		
Decreto lei 911/69 (Alienação fiduciária de bens <i>móveis</i>)	<ul style="list-style-type: none"> Possibilitar a tomada do bem sem a autorização judicial Permitir a notificação simplificada e eletrônica (e-mail e SMS) do devedor Passível de contestação apenas se comprovado abuso na tomada do bem 	
Lei 9.514/97 (Alienação fiduciária de bens <i>imóveis</i>)	<ul style="list-style-type: none"> Permitir a notificação simplificada e eletrônica (e-mail e SMS) do devedor 	
Consequências práticas	Situação atual	Situação esperada
 Juiz	<ul style="list-style-type: none"> Juiz responsável pela ordem de busca e apreensão Judiciário congestionado devido à uma grande amplitude de demandas 	<ul style="list-style-type: none"> Em situação de inadimplência, tomada do bem após notificação, sem necessidade de ordem judicial Excussão extrajudicial de bens propiciará o descongestionamento do judiciário
 Credor	<ul style="list-style-type: none"> Necessidade de notificação, via cartório ou carta com aviso de recebimento Lentidão e custos processuais oneram o processo 	<ul style="list-style-type: none"> Notificação eletrônica e excussão extrajudicial do bem móvel Agilidade na execução devido a maior atribuição ao credor e menor dependência externa
 Tomador	<ul style="list-style-type: none"> Risco moral é facilitado pelo método atual de notificação 	<ul style="list-style-type: none"> Notificação simplificada coíbe possível risco moral por parte do devedor
 Cartório	<ul style="list-style-type: none"> Responsável pelo registro e eventuais protesto e cobrança em caso de <i>default</i> 	<ul style="list-style-type: none"> Cobrança poderá ser realizada eletronicamente, potencialmente removendo esta atividade dos cartórios

Figura 38: Alterações sugeridas e seus impactos (2/4)





B Reduzir dependência em leilões para recuperação de garantias			
Alterações legislativas previstas			
Lei 9.514/97 (Alienação fiduciária de bens imóveis)		<ul style="list-style-type: none"> • Possibilitar a venda direta do bem, por valor justo e sem obrigatoriedade de leilão • Permitir execução por valor certo 	
Consequências práticas	Situação atual	Situação esperada	
 Juiz	> –	–	
 Credor	> <ul style="list-style-type: none"> • Imóveis executados devem, obrigatoriamente, ser vendidos através de leilões • Além de ser um processo lento e custoso, o valor de venda dificilmente atinge o valor de mercado 	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade de venda direta, a exemplo de bens móveis, acelera e barateia a venda do imóvel 	
 Tomador	> <ul style="list-style-type: none"> • Risco moral é facilitado pelo método de venda atual, o qual possibilita a recompra do bem por valor inferior ao da dívida 	<ul style="list-style-type: none"> • Reduz risco moral por não mais permitir a recompra do imóvel por baixo valor • Maior celeridade ao processo 	
 Cartório	> –	–	

Figura 39: Alterações sugeridas e seus impactos (3/4)










C Incentivar alternativas ao sistema jurídico: conciliação e mediação			
Alterações legislativas previstas			
Lei 13.105/15 (Código de Processo Civil)		<ul style="list-style-type: none"> • Permitir que a audiência não ocorra caso uma das partes não tenha interesse, a não ser que julgado pertinente por um especialista), trazendo maior confiabilidade ao processo (atualmente, a audiência é obrigatória caso uma das partes esteja interessada) 	
Consequências práticas	Situação atual	Situação esperada	
 Juiz	> <ul style="list-style-type: none"> • Demanda unilateral traz baixa assertividade á audiência • Baixa assertividade onera e prolonga o processo 	<ul style="list-style-type: none"> • Audiência consensual será mais assertiva e auxiliará no descongestionamento do judiciário • Juiz terá participação reduzida, mas continuará envolvido no processo (homologação) 	
 Credor	> <ul style="list-style-type: none"> • Método é pouco utilizado por ser pouco assertivo • Execução ocorre judicialmente – lenta e imprevisível 	<ul style="list-style-type: none"> • Maior assertividade ampliará agilizará a execução • Credor terá papel mais ativo 	
 Tomador	> <ul style="list-style-type: none"> • Pouca participação no processo, mas frequentemente beneficiado por decisões judiciais 	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade de consenso amplia capacidade de negociação 	
 Cartório	> –	–	

Figura 40: Alterações sugeridas e seus impactos (4/4)

<div>  Sensibilizar o judiciário sobre os impactos de decisões no mercado de crédito </div>			
<div> <div>Não necessita de mudanças legislativas</div> </div>			
Consequências práticas		Situação atual	Situação esperada
 Juiz	>	<ul style="list-style-type: none"> Decisões judiciais tem, muitas vezes, viés pró-tomador 	<ul style="list-style-type: none"> Juízes serão sensibilizados sobre o amplo impacto de suas decisões no âmbito do crédito
 Credor	>	<ul style="list-style-type: none"> Decisões, muitas vezes, favorecem tomador em detrimento ao amplo espectro do sistema financeiro 	<ul style="list-style-type: none"> Espera-se fortalecimento dos direitos dos credores em comparação à situação atual
 Tomador	>	<ul style="list-style-type: none"> Tomadores são, muitas vezes, beneficiados pelas decisões do judiciário 	<ul style="list-style-type: none"> A sensibilização do judiciário pode favorecer decisões extrajudiciais tais como conciliação e mediação
 Cartório	>	–	–

Qualificações, premissas e condições restritivas

Este relatório é de uso exclusivo dos clientes da Oliver Wyman aqui identificados. Este relatório não é destinado à divulgação pública ou publicação, nem deverá ser reproduzido, citado ou distribuído para qualquer finalidade, sem a prévia e expressa autorização da Oliver Wyman. Não há terceiros beneficiários deste relatório, e Oliver Wyman não se responsabiliza perante quaisquer terceiros.

As informações fornecidas por terceiros, sobre as quais o inteiro teor deste relatório ou parte dele estão baseados, são consideradas confiáveis, porém não foram verificadas de forma independente, salvo indicação expressa em contrário. Informações públicas e dados da indústria e estatísticos são de fontes que julgamos serem idôneas, no entanto, não prestamos qualquer declaração quanto à exatidão ou completude dessas informações. Os resultados contidos neste relatório podem conter previsões baseadas em dados atuais e tendências históricas. Todas essas previsões estão sujeitas a riscos e incertezas inerentes. Oliver Wyman não se responsabiliza pelos resultados efetivos ou eventos futuros.

As opiniões contidas neste relatório são válidas apenas para os fins aqui indicados e na data deste relatório. Nenhuma obrigação é assumida no sentido de revisar este relatório a fim de refletir as mudanças, eventos ou condições que vierem a ocorrer após a presente data.

Todas as decisões relacionadas com a implementação ou utilização dos pareceres ou recomendações contidas neste relatório são de responsabilidade exclusiva do cliente. Este relatório não representa consultoria de investimento nem contém parecer sobre o equilíbrio de qualquer transação com relação a quaisquer e todas as partes.

